



INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA
STATISTICS PORTUGAL



Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2015

Edição 2017



Estatísticas
oficiais



Ficha técnica

Título

Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2015

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 845 40 84

Presidente do Conselho Diretivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

ISSN 0872-5977

ISBN 978-989-25-0411-7

Periodicidade Bienal

O INE, I.P. na Internet
www.ine.pt

 Apoio | a clientes

218 440 695

© INE, I.P., Lisboa - Portugal, 2017

A reprodução de quaisquer páginas desta obra é autorizada, exceto para fins comerciais, desde que mencionando o INE, I.P., como autor, o título da obra, o ano de edição, e a referência Lisboa-Portugal.

A decorative graphic in the top right corner featuring a black and white illustration of a classical building with a clock tower. Overlaid on the building is a line chart with two lines: a grey line and a pink line, both showing fluctuating trends. The word 'ÍNDICE' is written in pink capital letters to the left of the chart.

ÍNDICE

Apresentação	7
1. Metodologia.....	9
2. Análise de resultados.....	19
2.1. Indicador per Capita	19
2.2. Percentagem de Poder de Compra.....	25
2.3. Fator Dinamismo Relativo	29
Quadros de resultados	33
Anexos.....	59

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Correlações entre as variáveis.....	12
Quadro 2. Comunalidades dos fatores	14
Quadro 3. Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores (<i>loadings</i>)	15
Quadro 4. Coeficientes dos <i>scores</i>	16
Quadro 5. IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015.....	35
Quadro 6. Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC) registado nos municípios, 2015	43
Quadro 7. Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra (PPC) registada nos municípios, 2015.....	48
Quadro 8. Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR) registado nos municípios, 2015.....	53

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo registados nos municípios, 2015	18
Figura 2. Indicador per Capita por NUTS II, 2015.....	19
Figura 3. Indicador per Capita por NUTS III, 2015.....	20
Figura 4. Indicador per Capita por município, 2015	22
Figura 5. Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2015	24
Figura 6. Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2015.....	26
Figura 7. Percentagem de Poder de Compra por município, 2015	27
Figura 8. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente nos municípios, 2015	28
Figura 9. Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2015	28
Figura 10. Fator Dinamismo Relativo por município, 2015	30
Figura 11. Indicador per Capita por município, na região Norte, 2015.....	60
Figura 12. Indicador per Capita por município, na região Centro, 2015.....	61
Figura 13. Indicador per Capita por município, na região Área Metropolitana de Lisboa, 2015.....	62
Figura 14. Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2015	63
Figura 15. Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2015.....	64
Figura 16. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2015	65

Figura 17. Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2015.....	66
Figura 18. Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios	67
Figura 19. Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios	68
Figura 20. Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa: NUTS III e municípios.....	69
Figura 21. Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios	70
Figura 22. Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios	71
Figura 23. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma dos Açores: NUTS III e municípios	72
Figura 24. Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma da Madeira: NUTS III e municípios	73



APRESENTAÇÃO

O INE divulga a 12^a edição do Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio (EPCC) que integra informação estatística reportada ao ano de 2015, sendo as variáveis de base para este estudo relativizadas pela população residente, estimada pelo INE, para 31 de dezembro de 2015.

O EPCC tem como objetivo caracterizar os municípios portugueses relativamente ao poder de compra numa aceção ampla de bem-estar material, a partir de um conjunto de variáveis e por recurso a um modelo de análise fatorial em componentes principais. A realização deste estudo visa contribuir para a oferta de informação ao nível do município através da disponibilização de indicadores de síntese que traduzem o poder de compra manifestado nestes espaços geográficos. Note-se, porém, que as estimativas produzidas não devem ser apropriadas como qualquer outra variável a que corresponda um âmbito concetual bem delimitado, como o rendimento ou o consumo das famílias. Enquanto indicador compósito, o EPCC integra uma vasta quantidade de informação num formato de leitura simples e o modelo específico da análise fatorial acrescenta a capacidade de captar as diferentes dimensões do fenómeno em análise — neste caso, o poder de compra manifestado nos municípios ou regiões.

Com base em 16 variáveis, e por recurso à metodologia estatística descrita na secção seguinte, o EPCC disponibiliza três indicadores:

- ▶ o IpC, Indicador per Capita do poder de compra (primeiro fator extraído da análise), que pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos per capita, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional;
- ▶ a PPC, Percentagem de Poder de Compra (indicador derivado do primeiro fator), que reflete a importância do poder de compra manifestado quotidianamente em cada município ou região no total do país para o qual a PPC assume o valor de 100%;
- ▶ o FDR, Fator Dinamismo Relativo (segundo fator extraído da análise), que pretende refletir o poder de compra, de manifestação irregular e, geralmente, sazonal, associado à dinâmica que persiste na informação de base para além da refletida no Indicador per Capita, relacionada com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística.

A presente versão do EPCC utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins estatísticos (NUTS 2013) estabelecida pelo regulamento comunitário nº 868/2014. A divisão administrativa ao nível do município refere-se à publicada pela Direção-Geral do Território na Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP).



A publicação é acompanhada por uma aplicação que permite calcular o valor de qualquer um dos três indicadores para outras divisões geográficas, como a versão anterior da NUTS¹ e os distritos, bem como para qualquer outro agrupamento de municípios escolhido pelo utilizador, incluindo também facilidades de exportação dos dados para uma folha de cálculo.

¹ Versão da NUTS definida pelo regulamento comunitário nº 1059/2003 com as alterações introduzidas pelos regulamentos comunitários nº 105/2007 e nº 31/2011 e as alterações introduzidas pela adesão de novos Estados-Membros à União Europeia.



1. METODOLOGIA

O modelo de análise de dados subjacente ao EPCC corresponde a uma análise fatorial em componentes principais. O modelo geral é do tipo:

$$X = F \cdot A + U$$

em que:

- ▶ X — matriz $n \times m$, em que cada uma das m colunas é uma variável estatística observada, sendo n o número de observações. A ideia fundamental é a de que as m variáveis são explicadas por um conjunto pequeno de p fatores comuns;
- ▶ F — matriz de dimensões $n \times p$, constituída pelos valores (desconhecidos) que os p fatores assumem em cada um dos n pontos amostrais;
- ▶ A — matriz $p \times m$ constituída pelos coeficientes (também desconhecidos) que quantificam o contributo de cada fator para a explicação de cada variável;
- ▶ U — matriz $n \times m$ constituída pelas componentes específicas, ou seja, compreende a parcela de cada variável não explicada por fatores comuns, mas antes associada à idiosincrasia da própria variável. As colunas da matriz U são, por hipótese, não correlacionadas, quer entre si, quer com os fatores, isto é, com as colunas da matriz F .

Sublinhe-se que o modelo de análise fatorial só exige informação sobre as variáveis (só a matriz X é observada) e não sobre os fatores. A matriz F , desconhecida *a priori*, é estimada conjuntamente com a matriz A . O objetivo principal é estimar a matriz F .

As variáveis retidas são selecionadas, endogenamente, dentro de um conjunto mais vasto, de acordo com o desempenho revelado no quadro do modelo. Todavia, e no que respeita à escolha das variáveis, importa sublinhar os seguintes aspetos:

- ▶ embora todas as variáveis se encontrem associadas ao poder de compra, nenhuma pode ser considerada uma sua representação fiel pois, se assim fosse, não seria necessário recorrer a uma metodologia de análise multivariada, sendo, por outro lado, esta base multivariada que assegura a robustez dos índices produzidos por este estudo;
- ▶ a seleção das variáveis privilegiou a ótica de utilização do rendimento, o que justifica que se tenha minimizado a seleção de variáveis ligadas à produção, permitindo atribuir o poder de compra aos municípios onde se manifesta e que, *grosso modo*, coincidem com os municípios de residência da população e não aos pontos de geração da riqueza, onde a produção ocorre;

- ▶ em consequência deste critério de captação de variáveis essencialmente associadas à utilização do rendimento, e porque essas variáveis têm geralmente uma tradução mercantil, considera-se que o fenómeno do autoconsumo possa não estar refletido nos indicadores construídos;
- ▶ deve assinalar-se que o modelo de dados do EPCC é comum a todas as regiões do país, podendo, por isso, refletir um enviesamento dos indicadores produzidos em contextos territoriais específicos.

Nesta edição do EPCC, a matriz X é constituída por 16 variáveis, observadas nos 308 municípios portugueses. Em seguida, apresentam-se as 16 variáveis.

IRS	Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)
RDECLIRS	Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Ministério das Finanças – Autoridade Tributária e Aduaneira)
COMTPNAC	Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) ²
VOPR PAG	Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
LEVMULN	Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços) ²
CREHABT	Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: INE, Estatísticas Monetárias e Financeiras)
GANHTCO	Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i> , 2015 (Fonte: Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Quadros de Pessoal)

² Para o cálculo das variáveis LEVMULN (valor dos levantamentos em caixas automáticos com cartões emitidos por entidades nacionais) e COMTPNAC (valor das compras efetuadas através de terminais de pagamento automático com cartões emitidos por entidades nacionais), os movimentos anuais foram obtidos a partir da agregação dos dados mensais, tendo-se imputado aos meses de junho a setembro o valor médio dos 12 meses, de forma a atenuar o efeito sazonal e, portanto, irregular dos movimentos com cartões emitidos por entidades nacionais.

- TXURB5** População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população residente total, 2011 (Fonte: INE, Censos 2011 - Dados definitivos)
- AUTOMOV** Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, *per capita*, 2015 (Fonte: Conservatórias do Registo Automóvel)
- VVNECOM** Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (*Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos*), com exceção do grupo 473 (*Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2015 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)
- LEVMULINT** Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, *per capita*, 2015 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- COMTPINT** Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, *per capita*, 2015 (Fonte: Sociedade Interbancária de Serviços)
- IMT** Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2015 (Fonte: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais))
- TPRURB** Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, *per capita*, 2015 (Fonte: Ministério da Justiça - Direção-Geral da Política de Justiça)
- IMI** Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, *per capita*, 2015 (Fonte: Presidência do Conselho de Ministros - Direção-Geral das Autarquias Locais, base de dados SIAL (Sistema Integrado de Informação das Autarquias Locais))
- VVNEREST** Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (*Restauração*), com atividade, segundo o município do estabelecimento, *per capita*, 2015 (Fonte: INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas)

O cálculo das variáveis relativizadas pela população residente³ foi efetuado com base nas estimativas da população residente do INE, para os municípios, a 31 de dezembro de 2015, considerando a série de Estimativas Provisórias Anuais de População Residente, iniciada em 2011, que incorpora os resultados definitivos dos Censos 2011.

O Quadro 1 apresenta o coeficiente de correlação entre cada par de variáveis de base retidas no modelo.

Correlações entre as variáveis | Quadro 1

	IRS	RDECLIRS	COMTPNAC	VOPRPAG	LEVMULN	CREHABT	GANHTCO	TXURB5	AUTOMOV	VVNECOM	LEVMULINT	COMTPINT	IMT	TPRURB	IMI	VVNEREST
IRS	1															
RDECLIRS	0,94	1														
COMTPNAC	0,78	0,77	1													
VOPRPAG	0,77	0,76	0,80	1												
LEVMULN	0,70	0,73	0,77	0,88	1											
CREHABT	0,73	0,70	0,71	0,69	0,69	1										
GANHTCO	0,70	0,67	0,65	0,66	0,68	0,65	1									
TXURB5	0,61	0,58	0,65	0,59	0,59	0,54	0,44	1								
AUTOMOV	0,53	0,49	0,56	0,53	0,46	0,47	0,41	0,42	1							
VVNECOM	0,41	0,40	0,57	0,53	0,53	0,39	0,45	0,40	0,33	1						
LEVMULINT	0,15	0,10	0,27	0,41	0,33	0,20	0,17	0,08	0,21	0,29	1					
COMTPINT	0,31	0,26	0,43	0,53	0,42	0,32	0,30	0,21	0,33	0,36	0,92	1				
IMT	0,39	0,32	0,43	0,61	0,45	0,40	0,36	0,23	0,34	0,35	0,81	0,85	1			
TPRURB	0,45	0,38	0,49	0,66	0,50	0,45	0,38	0,33	0,40	0,46	0,78	0,81	0,93	1		
IMI	0,39	0,36	0,48	0,62	0,48	0,33	0,31	0,30	0,35	0,39	0,74	0,75	0,79	0,81	1	
VVNEREST	0,50	0,45	0,58	0,72	0,61	0,49	0,44	0,35	0,38	0,40	0,79	0,83	0,84	0,82	0,80	1

³ A única exceção a esta relativização corresponde à variável *População residente em lugares com 5000 ou mais habitantes em proporção da população total* (TXURB5) cujo cálculo se baseia integralmente nos dados dos Censos 2011.

O primeiro passo da análise fatorial consiste na extração fatorial a partir das variáveis de base estandardizadas⁴ no sentido de evitar enviesamentos resultantes de diferentes unidades de medida e escalas de variação. No EPCC, a extração obedece ao método das componentes principais. As variáveis de base são exatamente explicadas, sem erro, pelo mesmo número de fatores ortogonais, sendo a ideia fundamental da análise fatorial a de concentrar a atenção somente sobre um número reduzido de fatores: isto é, da totalidade de fatores (tantos quantas as variáveis que inicialmente explicam as variáveis), espera-se que um número reduzido (no caso do EPCC, somente dois) seja capaz de explicar uma percentagem elevada da variância das variáveis de base.

No caso do EPCC, estabelecidas as variáveis a incluir na análise, retêm-se os fatores cuja variância foi suscetível de explicar uma maior percentagem da variância total das variáveis, tendo o critério de exclusão apontado para que se prescindisse do contributo de fatores cuja variância se revelou inferior à variância individual de cada variável de base (valor próprio inferior a 1).

Na segunda etapa da análise fatorial, procedeu-se à rotação dos fatores extraídos com o intuito de clarificar a interpretação dos resultados. Trata-se de provocar uma rotação na matriz dos pesos fatoriais retidos (*loadings*) de modo a tornar a respetiva estrutura mais simples. Optou-se por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, uma vez que o objetivo essencial da construção do FDR (segundo fator) consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito do poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si, sendo desejável manter a ortogonalidade entre eles.

Entre as técnicas alternativas para proceder à rotação ortogonal dos fatores, recorre-se, no caso do EPCC, à rotação quartimax, na medida em que minimiza o número de fatores necessários para explicar cada variável, resultando, em geral, na produção de um fator bem correlacionado com a maioria das variáveis (isto é, com a maioria das proxies originais do poder de compra), tal como é pretendido neste estudo.

Finalmente, computa-se a matriz dos coeficientes dos *scores*, que permite transformar a matriz X na matriz F , através do método da regressão.

No presente estudo, os dois fatores retidos revelam uma capacidade explicativa de 74,3% da variância total das 16 variáveis. O primeiro desses fatores foi interpretado como o poder de compra per capita manifestado regularmente nos municípios (base para o IpC) e explica isoladamente (após rotação) 45,1% da variância total das variáveis. O segundo fator, designado Fator Dinamismo Relativo (FDR) e entendido como a dinâmica económica, de manifestação irregular, que subsiste para além da influência do primeiro fator, associa-se à atividade do turismo e explica (após rotação) 29,2% da variância total das variáveis.

O Quadro 2 apresenta, para cada uma das 16 variáveis, a percentagem da sua variância explicada pelo modelo, isto é, pelos dois fatores conjuntamente (comunalidade). Todas as variáveis apresentam uma variância explicada pelo conjunto dos dois fatores aproximadamente igual a 0,4 ou superior.

⁴ Este procedimento corresponde a, para cada valor, subtrair a média aritmética simples da série da respetiva variável e dividir pelo desvio-padrão dessa série, o que preserva a estrutura espacial dos dados e resulta numa distribuição com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1.

Comunalidades dos fatores | Quadro 2

Variáveis		Variância explicada
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,833
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,822
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,813
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,856
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,770
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,679
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,625
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,540
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,393
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,370
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	0,899
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,886
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,885
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,873
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,776
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	0,868

Importa ainda analisar, como forma de aferir a qualidade da análise, os coeficientes de correlação entre cada uma das 16 variáveis e cada um dos dois fatores (pesos fatoriais ou *loadings*). Dado que, por construção, os dois fatores são ortogonais, a matriz dos *loadings* coincide com a matriz A (transposta) do modelo. O Quadro 3 é a matriz dos *loadings* (após rotação). No conjunto das 16 variáveis, observa-se que o *Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado per capita* e o *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* detêm os coeficientes de correlação mais elevados com o primeiro fator (IpC). Por seu turno, as variáveis que apresentam os coeficientes de correlação mais elevados com o FDR são o *Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos per capita* e o *Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático per capita*.

Matriz dos coeficientes de correlação entre as variáveis e os fatores (*loadings*) **Quadro 3**

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,912	0,043
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,907	-0,015
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,886	0,166
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,855	0,354
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,852	0,211
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,819	0,090
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,788	0,063
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,735	-0,015
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,609	0,151
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,558	0,243
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	0,121	0,941
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	0,288	0,896
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	0,354	0,871
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	0,437	0,825
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	0,383	0,793
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	0,503	0,784

Por último, o Quadro 4 apresenta o conjunto dos coeficientes que permitem transformar a matriz X das variáveis, na matriz F dos fatores, viabilizando assim o cômputo dos dois fatores (IpC e FDR).

Coeficientes dos scores | Quadro 4

Variáveis		IpC	FDR
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS) liquidado, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	IRS	0,158	-0,083
Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS, segundo o município de residência do contribuinte, <i>per capita</i>	RDECLIRS	0,163	-0,099
Valor das compras nacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPNAC	0,140	-0,047
Valor das operações de pagamentos em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	VOPRPAG	0,115	0,008
Valor dos levantamentos nacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULN	0,130	-0,031
Crédito concedido a clientes para habitação, <i>per capita</i>	CREHABT	0,136	-0,061
Ganho mensal dos trabalhadores por conta de outrem a tempo completo com remuneração completa, por município do estabelecimento, <i>per capita</i>	GANHTCO	0,134	-0,065
População residente em lugares com 5 000 ou mais habitantes em proporção da população total	TXURB5	0,132	-0,081
Número de veículos ligeiros de passageiros vendidos, segundo o local de residência dos proprietários, <i>per capita</i>	AUTOMOV	0,093	-0,022
Volume de negócios das empresas da divisão 47 da CAE-Rev.3 (Comércio a retalho, exceto de veículos automóveis e motociclos), com exceção do grupo 473 (Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNECOM	0,074	0,009
Valor dos levantamentos internacionais em caixas automáticos, segundo a localização do caixa automático, <i>per capita</i>	LEVMULINT	-0,077	0,246
Valor das compras internacionais através de terminais de pagamento automático, segundo a localização do terminal de pagamento automático, <i>per capita</i>	COMTPINT	-0,042	0,217
Imposto Municipal Sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMT	-0,028	0,203
Valor dos contratos de compra e venda de prédios urbanos, segundo a localização do imóvel, <i>per capita</i>	TPRURB	-0,008	0,182
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), segundo o município de localização do imóvel, <i>per capita</i>	IMI	-0,015	0,179
Volume de negócios das empresas da divisão 56 da CAE-Rev.3 (Restauração), com atividade, segundo o município do estabelecimento, <i>per capita</i>	VVNEREST	0,008	0,164

Depois de extraídos os dois fatores com maior poder explicativo, IpC e FDR, importa definir a forma de apresentação dos mesmos. As 16 variáveis que constituem a informação de base da análise exprimem-se em unidades de medida diferentes, pelo que, previamente à análise fatorial, foram estandardizadas. Os fatores obtidos a partir destas variáveis — IpC e FDR — são também originalmente variáveis estandardizadas, isto é, variáveis com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1. Os dois índices são, assim, suscetíveis de transformações lineares, isto é, mudanças de escala, sem que isso altere o seu significado. Tecnicamente, a escolha de um sistema de medida para os indicadores equivale a atribuir-lhes uma média e um desvio-padrão. Nas diferentes versões do EPCC, tem-se procedido do seguinte modo na escolha da escala de referência dos dois fatores:

- ▶ no caso do IpC, procede-se a uma transformação linear que consiste em assegurar que este tem o valor 100 para o país (obtido pela média ponderada pelo peso demográfico dos municípios) e que tem um coeficiente de variação (dado pelo rácio do desvio-padrão relativamente à média aritmética simples) igual ao de uma variável convencionalmente escolhida, em relação à qual se assume estar associada uma elasticidade relativamente ao poder de compra sensivelmente unitária;
- ▶ o FDR é apresentado como variável estandardizada, tal como resulta da análise fatorial, tendo média 0 e desvio-padrão 1.

À semelhança do ocorrido nas sete edições anteriores do EPCC, recorreu-se ao coeficiente de variação do *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita* para a construção final do IpC. Esta decisão foi tomada no sentido de se manterem as opções metodológicas entre edições e por se tratar de uma variável que apresenta uma correlação elevada com o IpC [Quadro 3].

O coeficiente de variação utilizado para estabelecer a escala de medida do IpC foi, assim, de 0,230.

Além dos dois indicadores já mencionados (IpC e FDR), no âmbito deste estudo, procedeu-se ao cálculo de um terceiro indicador, designado de Percentagem de Poder de Compra (PPC). Com este indicador, pretende-se observar a concentração do poder de compra manifestado regularmente nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra dependem, não só do poder de compra *per capita* dos indivíduos, mas também da distribuição espacial da população. Assim, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional

Importa sublinhar que o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC (e, portanto, com o coeficiente de variação) de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, todas as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional utilizada na medida do IpC.

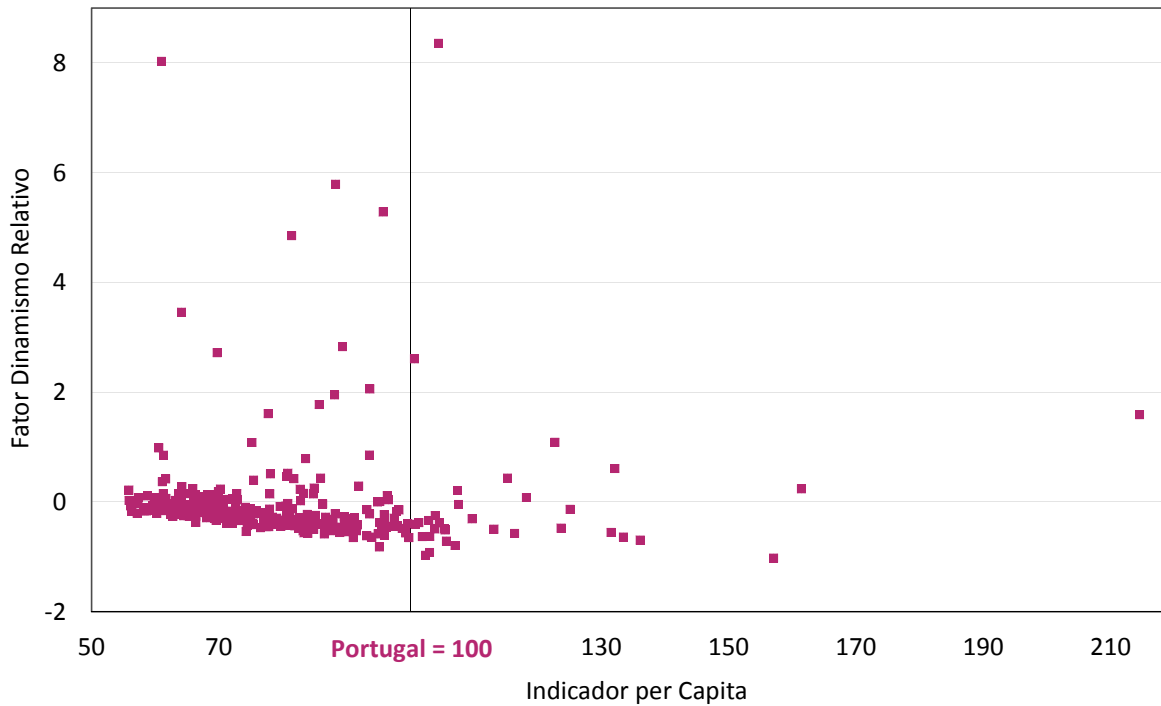
Refira-se, ainda, que o cômputo do IpC e do FDR para as regiões NUTS I, II e III e para o país resulta também da ponderação dos valores dos índices à escala municipal pelos pesos demográficos dos municípios nos diferentes espaços considerados. No caso da PPC, a obtenção desses agregados resulta da soma dos respetivos valores municipais.

Por fim, recorde-se que a metodologia adotada no EPCC é particularmente adequada ao confronto espacial dos diferentes indicadores de poder de compra em determinado momento do tempo, mas ajusta-se menos bem a comparações temporais. No entanto, a análise inter-temporal recorrendo aos indicadores do presente estudo pode realizar-se através da transformação da respetiva escala de medida para uma escala ordinal.

Previamente à análise de resultados, a Figura 1 apresenta a posição dos 308 municípios portugueses por referência aos dois indicadores resultantes do modelo fatorial do EPCC para o ano de 2015: o Indicador per Capita (IpC) e o Fator Dinamismo Relativo (FDR).

Indicador per Capita e Fator Dinamismo Relativo
registados nos municípios, 2015

Figura 1



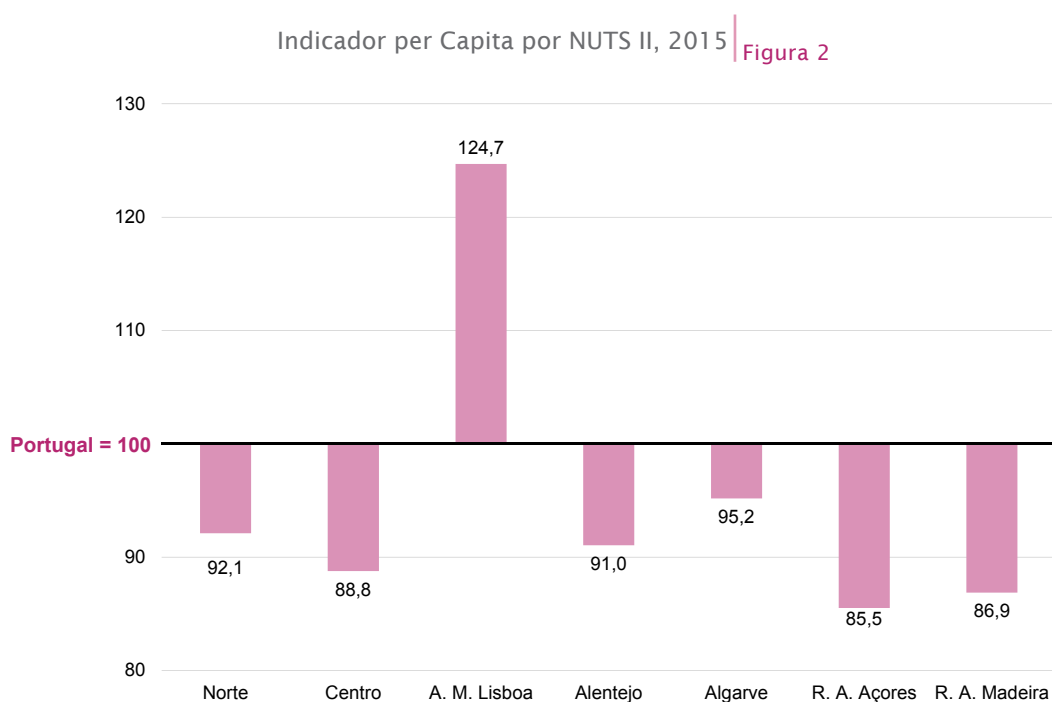
2. ANÁLISE DE RESULTADOS



2.1. INDICADOR PER CAPITA

O Indicador per Capita (IpC) do poder de compra tem por base o fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 45,1% da variância total das variáveis de base. Este indicador pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, e resulta de uma matriz de 16 variáveis maioritariamente reportadas ao ano de 2015. À semelhança do ocorrido nas sete versões anteriores do EPCC, tomou-se para coeficiente de variação do IpC o da variável *Rendimento bruto declarado para efeitos de IRS per capita*, permitindo assim a construção final deste indicador que é apresentado tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100).

A leitura dos resultados do IpC para 2015 associa ao território continental um poder de compra superior ao observado nas duas regiões autónomas portuguesas: o valor atingia 100,7 para o Continente e era, respetivamente, de 85,5 e 86,9 para as regiões autónomas dos Açores e da Madeira. A Área Metropolitana de Lisboa (124,7) constituía a única região NUTS II com um valor acima do poder de compra per capita médio nacional. Para o Algarve, o valor (95,2) situava-se abaixo da média nacional. As três restantes regiões continentais — Norte, Alentejo e Centro — registavam índices de poder de compra per capita relativamente próximos: 92,1 para a região Norte, 91,0 para a região Alentejo e 88,8 para a região Centro [Figura 2].

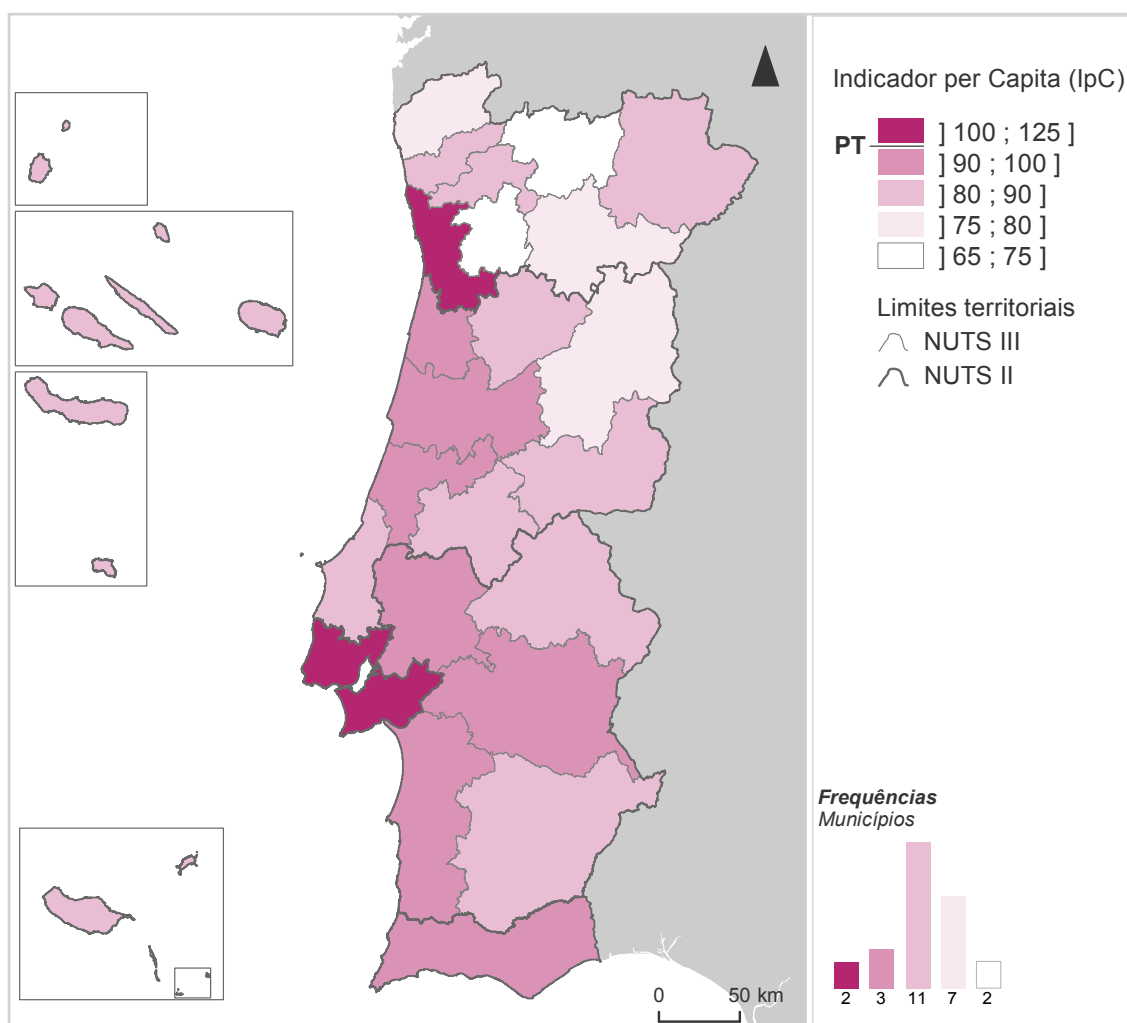


A observação dos desempenhos das 25 sub-regiões NUTS III portuguesas, medidos por este indicador, revela que apenas as duas áreas metropolitanas registavam um valor acima da média nacional: 124,7 na Área Metropolitana de Lisboa e 104,8 na Área Metropolitana do Porto.

Os menores valores de IpC situavam-se em sub-regiões do Norte e do Centro: Alto Tâmega (69,9), Tâmega e Sousa (72,3), Douro (77,2), Beiras e Serra da Estrela (79,2), e Alto Minho (79,9). Nestas cinco sub-regiões, o poder de compra *per capita* médio não atingia 80% do valor médio nacional. Seguiam-se as sub-regiões Viseu Dão Lafões (80,3), Terras de Trás-os-Montes (80,6) e Ave (84,5).

A partir da Figura 3, é possível observar também que o poder de compra *per capita* era tendencialmente mais elevado no Litoral continental e, por oposição, mais reduzido no Interior (sobretudo, Norte e Centro). Refira-se que o Alentejo Central (94,3) integrava o conjunto das sete sub-regiões com poder de compra *per capita* superior a 90% da média nacional.

Indicador per Capita por NUTS III, 2015 | Figura 3



Em 2015, o poder de compra *per capita* situava-se acima da média nacional em apenas 33 dos 308 municípios portugueses. A Figura 4 destaca os valores de IpC mais elevados verificados nos territórios metropolitanos de Lisboa e do Porto. Com efeito, o município de Lisboa apresentava o IpC mais elevado (214,54), sendo o único município a mais do que duplicar o índice nacional. Porém, nas 14 primeiras posições correspondentes a um IpC superior a 110, encontravam-se ainda mais três municípios da Área Metropolitana de Lisboa: Oeiras (157,08), Cascais (122,72) e Alcochete (118,25). No território metropolitano do Porto, destacavam-se os municípios do Porto (161,43), de São João da Madeira (136,12), de Matosinhos (123,68) e da Maia (113,16).

Além dos territórios metropolitanos, também os municípios correspondentes a algumas capitais de distrito revelavam um poder de compra *per capita* superior à média nacional, com relevância para Faro (132,14), Coimbra (131,54), Aveiro (125,13) e Évora (116,39). Esta análise sugere, assim, uma associação positiva entre o grau de urbanização das unidades territoriais e o poder de compra aí manifestado quotidianamente. Evidenciavam-se, ainda, os municípios de Sines (133,47), no Alentejo Litoral, e do Funchal (115,29), na Região Autónoma da Madeira.

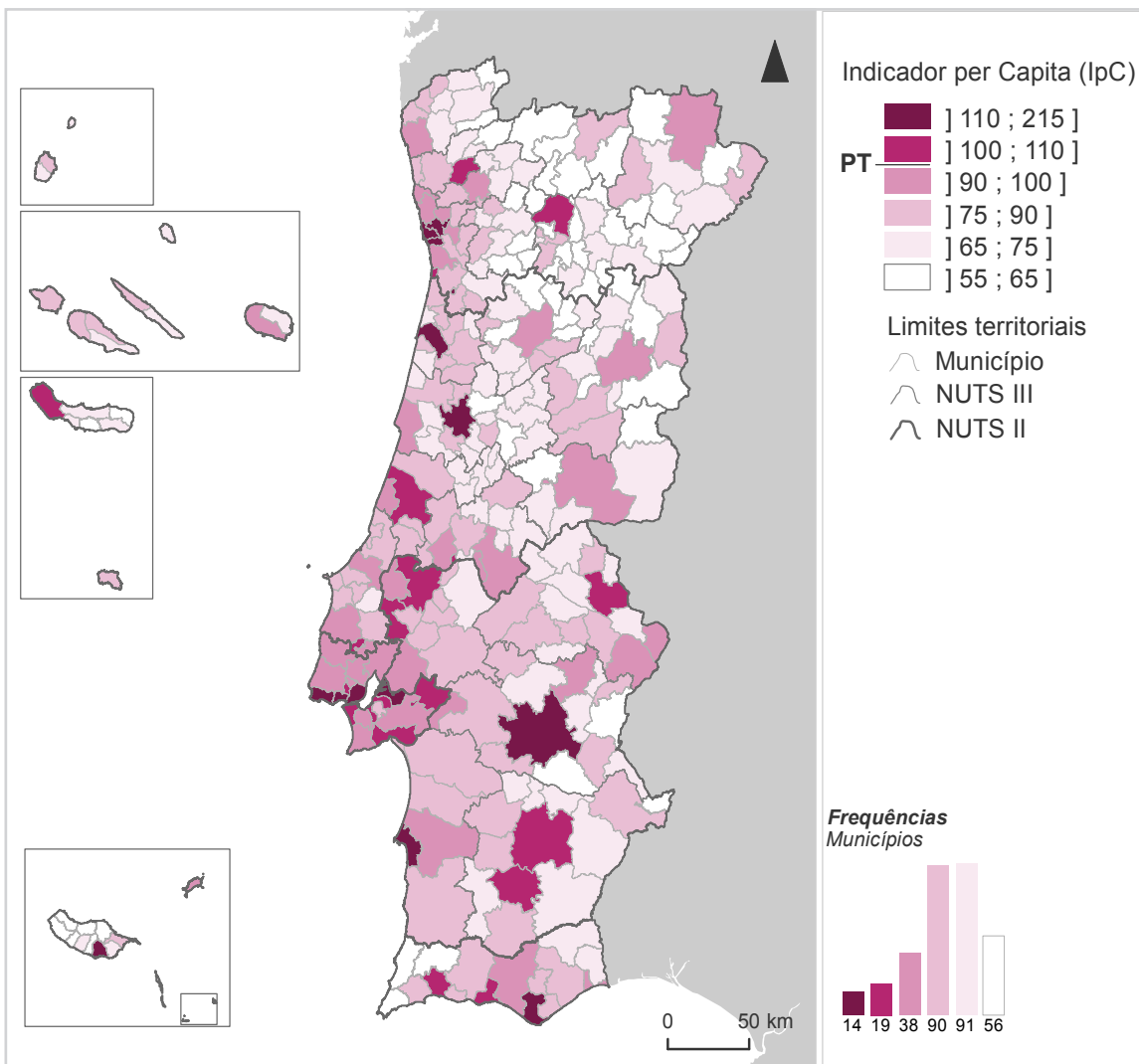
A Figura 4 permite ainda destacar um conjunto adicional de 19 municípios cujo IpC se posicionava acima da média nacional (entre 100 e 110). Para além de municípios da Área Metropolitana de Lisboa, designadamente Almada, Setúbal, Amadora, Barreiro e Montijo, destacavam-se também municípios correspondentes a capitais de distrito como Beja, Portalegre, Braga, Santarém, Leiria e Vila Real. Finalmente, além de um conjunto de municípios dispersos — Azambuja (na Lezíria do Tejo), Ponta Delgada (na Região Autónoma dos Açores), Espinho (na Área Metropolitana do Porto), Sobral de Monte Agraço (no Oeste), Entroncamento (no Médio Tejo), Castro Verde (no Baixo Alentejo) —, emergiam dois municípios do Algarve: Albufeira e Portimão.

Na Área Metropolitana de Lisboa, cujo território corresponde simultaneamente aos níveis 2 e 3 da NUTS, nove dos 18 municípios apresentavam um poder de compra que se situava abaixo da média nacional, destacando-se a Moita (83,18) por ser o único município desta região com um poder de compra manifestado inferior a 90% da média nacional. Por outro lado, apenas dois municípios registavam um valor superior à média metropolitana (124,7): Lisboa (214,54) e Oeiras (157,08), o que significa que sete dos 18 municípios integrados na Área Metropolitana de Lisboa apresentavam um poder de compra abaixo da média metropolitana mas acima da média nacional.

A Área Metropolitana do Porto apresentava um valor de IpC (104,8) aquém do valor da Área Metropolitana de Lisboa (124,7) mas acima da média nacional. Entre os cinco municípios que se situavam acima da média nacional, quatro superavam também a média metropolitana – Porto (161,43), São João da Madeira (136,12), Matosinhos (123,68) e Maia (113,16) –, enquanto Espinho registava um índice de poder de compra de 104,58. Entre os 12 municípios da Área Metropolitana do Porto com um poder de compra per capita abaixo da média nacional, encontravam-se os municípios de Arouca e de Paredes com um índice de poder de compra de 69,49 e de 78,16, respetivamente.

No conjunto do território nacional, 147 municípios (48% do número total de municípios) apresentavam valores de IpC inferiores a 75. Dos 10 municípios com menor poder de compra per capita manifestado, oito pertenciam ao Interior das regiões Norte e Centro (distribuindo-se pelas sub-regiões Tâmega e Sousa, Alto Tâmega, Douro, Terras de Trás-os-Montes e Viseu Dão Lafões) e dois à Região Autónoma da Madeira.

Indicador per Capita por município, 2015 | Figura 4



A Figura 5 permite analisar o IpC obtido nos municípios tendo por referência, em simultâneo, os contextos nacional e regional, possibilitando a avaliação do grau de coesão intrarregional e a identificação dos municípios que se evidenciavam no respetivo contexto regional.

Nesta perspetiva, importa atender à forma como, em 2015, os 308 municípios nacionais se distribuíam, em função dos contextos nacional e regional. Assim, 26 municípios apresentavam um IpC, simultaneamente, acima do poder de compra *per capita* médio nacional e regional. Na região Norte, para além de cinco municípios na Área Metropolitana do Porto, evidenciavam-se Braga e Vila Real. Na região Centro, além de três capitais de distrito (Coimbra, Aveiro e Leiria), destacavam-se também o Entroncamento e Sobral de Monte Agraço. Lisboa e Oeiras eram os únicos municípios da Área Metropolitana de Lisboa que ultrapassavam, em simultâneo, as médias nacional e regional. No Alentejo, além das quatro capitais de distrito (Évora, Beja, Portalegre e Santarém), salientava-se um conjunto adicional de três municípios: Sines, Azambuja e Castro Verde. No Algarve, eram os municípios de Faro, Albufeira e Portimão que sobressaíam simultaneamente nos contextos regional e nacional enquanto, nas regiões autónomas, apenas Ponta Delgada e Funchal ultrapassavam aqueles limiares.

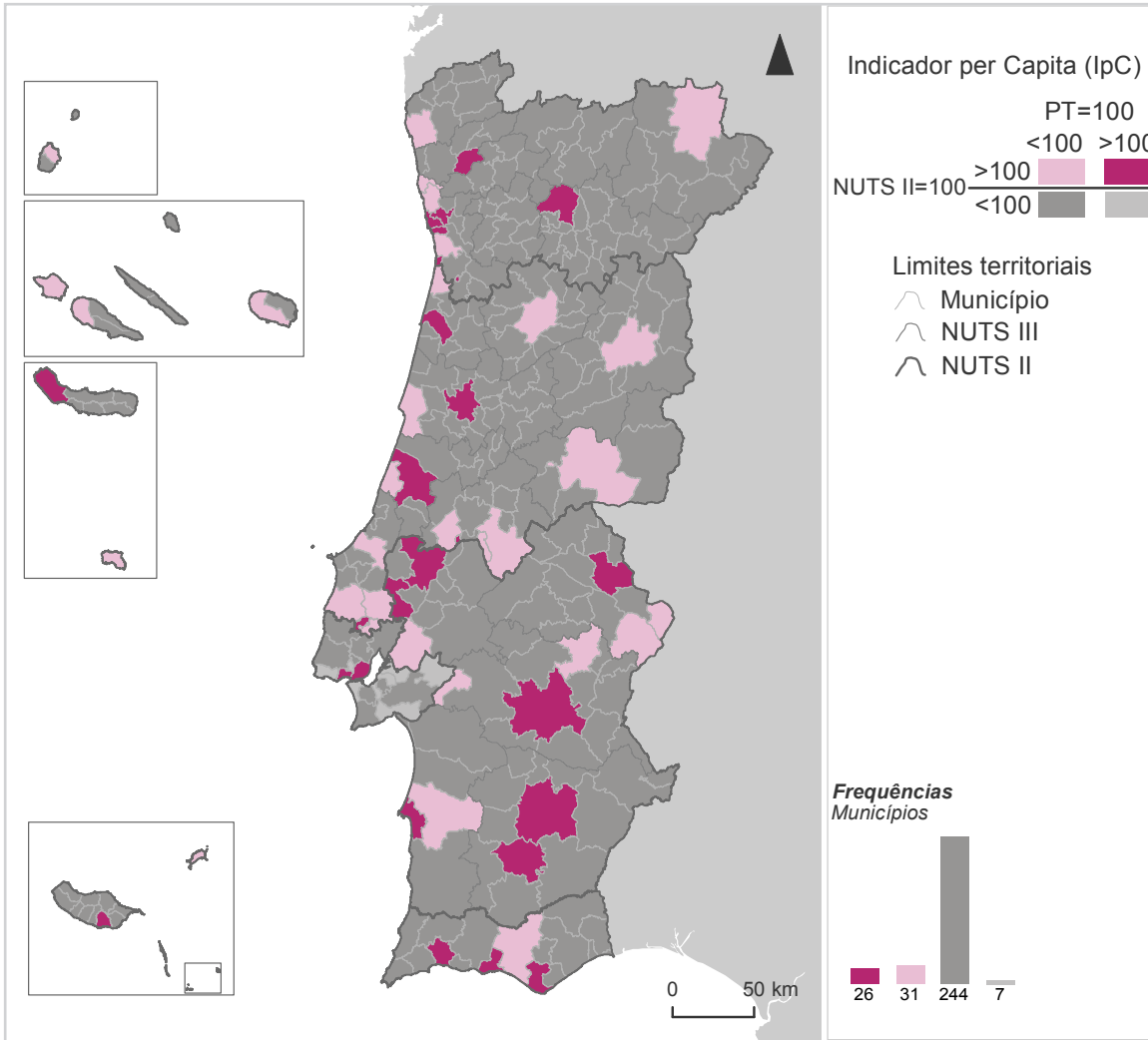
Em 31 municípios, o poder de compra per capita manifestado em 2015 ficava aquém da média nacional mas acima da média regional — correspondiam maioritariamente a municípios da faixa Litoral continental, sobretudo da região Centro (13 municípios), mas também do Alentejo (6), do Norte (5), da Região Autónoma dos Açores (5) e da Região Autónoma da Madeira (Porto Santo) e do Algarve (Loulé).

Em suma, apenas em 57 municípios (cerca de um quinto do total) era superada a média regional, independentemente de ser ultrapassada, ou não, em simultâneo, a média nacional. A proporção de municípios nesta situação por região situava-se entre 11%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 32%, na Região Autónoma dos Açores.

Cerca de 80% dos municípios do país (244) revelavam um poder de compra *per capita*, simultaneamente, aquém da média nacional e da respetiva média regional – ao nível das regiões NUTS II, esta proporção variava entre 56%, na Área Metropolitana de Lisboa, e 86%, na região Norte.

Por último, sete municípios, integrados na Área Metropolitana de Lisboa, apresentavam um poder de compra *per capita* acima da média nacional, mas aquém do respetivo valor regional (124,7): Cascais, Alcochete, Almada, Setúbal, Amadora, Barreiro e Montijo. Apenas se encontravam nestas condições municípios da NUTS II Área Metropolitana de Lisboa, uma vez que esta era a única região NUTS II com um valor acima da média nacional.

Indicador per Capita por município contextualizado nas regiões NUTS II, 2015 | **Figura 5**



2.2. PERCENTAGEM DE PODER DE COMPRA

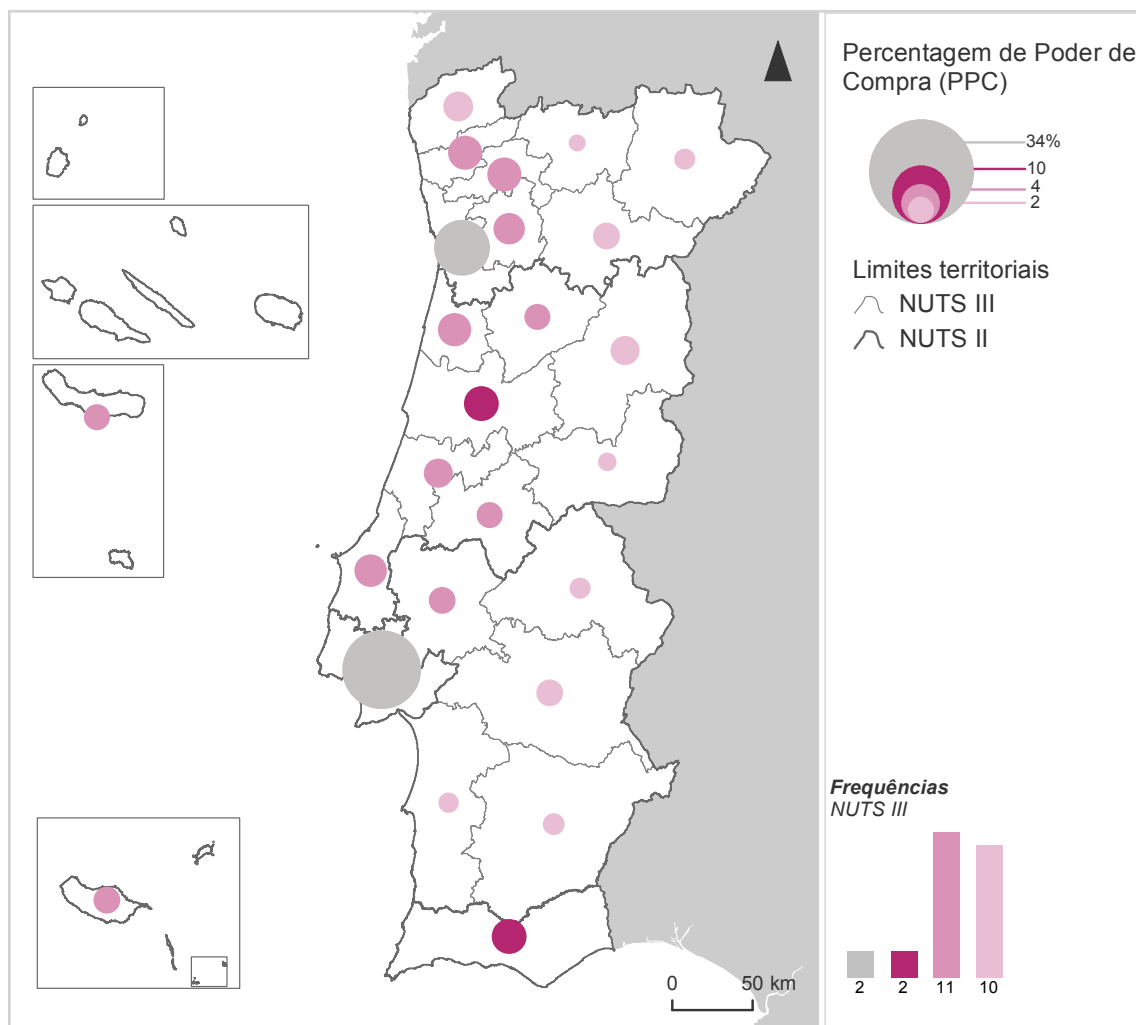
A Percentagem de Poder de Compra (PPC) é um indicador derivado do primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita (IpC) — e reflete o peso do poder de compra manifestado regularmente em cada município ou região no total do país (para o qual a PPC assume o valor de 100%). Com este indicador, pretende-se avaliar a concentração do poder de compra nos diferentes territórios, tendo em consideração que as áreas de maior ou menor poder de compra no território nacional dependem, não só da distribuição do poder de compra *per capita* pelo país, mas também da distribuição espacial da população residente. Em síntese, o indicador PPC não resulta diretamente da análise fatorial, mas é derivado do IpC e do peso demográfico de cada unidade territorial no todo nacional.

Neste sentido, uma unidade territorial pode concentrar uma proporção significativa do poder de compra nacional, ainda que não tenha um valor de IpC elevado, se concentrar um efetivo populacional elevado, na medida em que a distribuição espacial da PPC resulta do efeito conjugado das concentrações espaciais do IpC e da população.

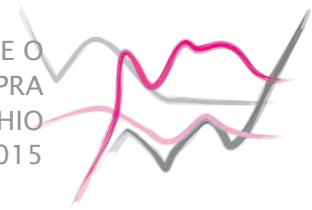
Por outro lado, o peso de cada território no todo nacional, em termos de poder de compra, varia com o sistema de medida selecionado para o índice IpC de onde é derivado o indicador PPC. Por este motivo, as análises baseadas na PPC, nomeadamente estudos de concentração do poder de compra, devem ser efetuadas e interpretadas com algum cuidado, dado que também refletem a escala convencional usada na medida do IpC. Com estas reservas, entende-se que a leitura deste indicador pode revestir-se de algum valor acrescentado.

A estrutura regional da PPC em 2015 revelava que as regiões NUTS II Área Metropolitana de Lisboa e Norte concentravam dois terços do poder de compra manifestado regularmente no país. Para este resultado, contribuíam de forma mais decisiva a própria Área Metropolitana de Lisboa (34%), simultaneamente região NUTS de nível 2 e 3, e a Área Metropolitana do Porto (17%). No conjunto, os dois territórios metropolitanos representavam mais de metade do poder de compra manifestado no território nacional. A Figura 6 permite, adicionalmente, constatar que o poder de compra se concentrava de forma mais intensa nas regiões do Litoral continental. Por outro lado, as sub-regiões que concentravam menos poder de compra localizavam-se no Interior das regiões Norte e Centro: por ordem crescente, Alto Tâmega, Beira Baixa e Terras de Trás-os-Montes. Além destas sub-regiões, também o Alentejo Litoral, o Alto Alentejo e o Baixo Alentejo contribuíam, individualmente, com menos de 1% para o poder de compra nacional.

Percentagem de Poder de Compra por NUTS III, 2015 | Figura 6

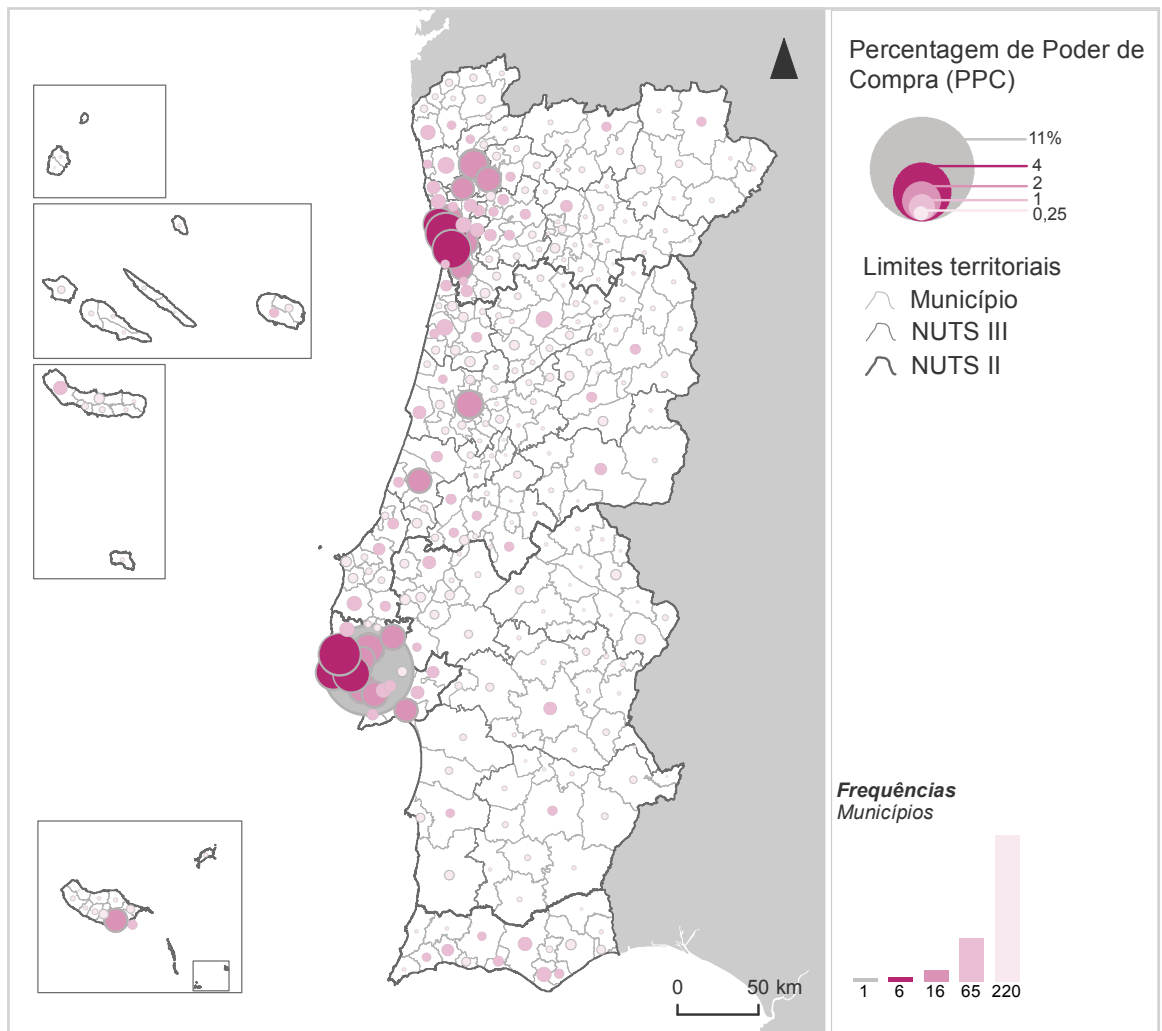


Ao nível municipal, Lisboa destacava-se no contexto nacional ao representar 10% do poder de compra total. Em 2015, apenas mais 22 municípios concentravam individualmente mais de 1% do poder de compra nacional. Trata-se de municípios integrados nas áreas metropolitanas de Lisboa (Sintra, que era o segundo município a concentrar mais poder compra, com 4%, e ainda Oeiras, Cascais, Loures, Almada, Amadora, Seixal, Vila Franca de Xira, Odivelas e Setúbal) e do Porto (Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Maia, Gondomar e Santa Maria da Feira), bem como de municípios capitais de distrito (Braga, Coimbra e Leiria). Os municípios do Funchal (na Região Autónoma da Madeira), de Guimarães e de Vila Nova de Famalicão (ambos na sub-região do Ave) ainda faziam parte deste conjunto [Figura 7].



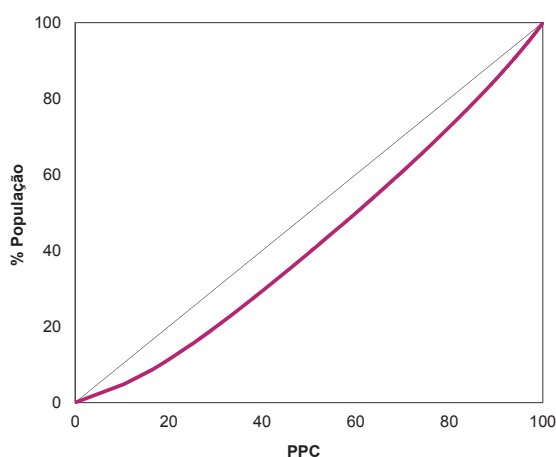
Com os menores contributos, encontravam-se os municípios do Corvo e das Lajes das Flores (Região Autónoma dos Açores), Barrancos (Baixo Alentejo) e Porto Moniz (Região Autónoma da Madeira), detendo individualmente menos de 0,015% do poder de compra nacional.

Percentagem de Poder de Compra por município, 2015 | Figura 7

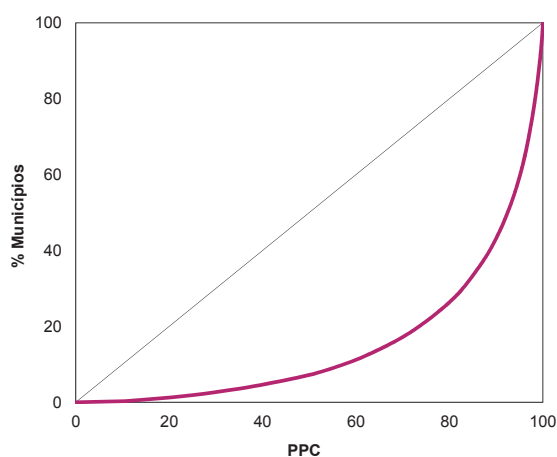


A curva de Lorenz representada na Figura 8 permite avaliar o grau de concentração do poder de compra pela população residente⁵ e sugere uma repartição relativamente equitativa da percentagem de poder de compra pelos municípios portugueses, considerando a sua dimensão demográfica. O índice de Gini, que permite quantificar⁶ este resultado, revela uma concentração de 11%. Os resultados do cálculo do índice de Gini, para as sete regiões NUTS II do país, tendo por base os respetivos municípios, revelam que apenas na Área Metropolitana de Lisboa (15%) e na Região Autónoma da Madeira (14%) se verificava um nível de concentração superior ao valor nacional; seguiam-se a região Norte (9%), a Região Autónoma dos Açores (8%), a região Centro (7,2%) e, com um índice de Gini mais baixo, as regiões do Algarve e do Alentejo (com 7,1% e 6,7%, respetivamente).

Concentração da Percentagem de Poder de Compra pela população residente nos municípios, 2015 **Figura 8**



Concentração da Percentagem de Poder de Compra pelos municípios, 2015 **Figura 9**



A Figura 9 reflete a concentração do poder de compra pelos 308 municípios portugueses, permitindo constatar que, em 2015, cerca de 7% (23) e 22% (67) dos municípios concentravam, respetivamente, 50% e 75% do poder de compra nacional. Estes resultados suportam a leitura de que o poder de compra se encontra associado à dimensão urbana dos municípios e, portanto, territorialmente muito concentrado.

⁵ Quanto mais afastada da diagonal (reta de igual distribuição) estiver a curva de concentração (de Lorenz), maior será o grau de concentração do poder de compra entre a população residente e, portanto, mais elevado será o índice de Gini.

⁶ O Índice de Gini foi calculado com base na seguinte formulação: $IG = \left(\frac{1}{2} \sum_{j=1}^{j=n} |x_j - y_j| \right) \times 100$

em que: x_j corresponde ao rácio entre a população residente no município j e a população residente total da região; y_j corresponde à proporção de poder de compra no município j relativamente à proporção de poder de compra da região.

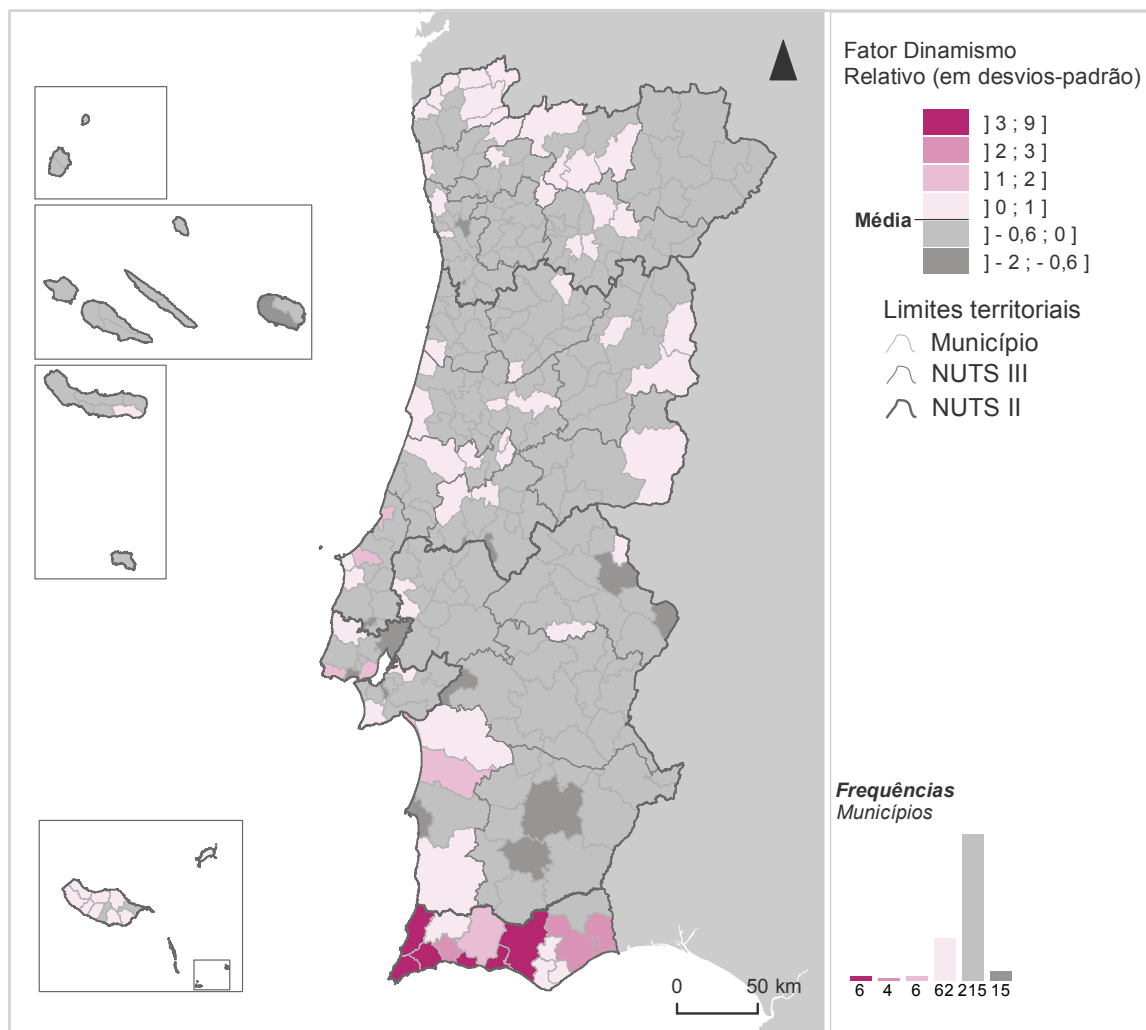
2.3. FATOR DINAMISMO RELATIVO

O Fator Dinamismo Relativo (FDR) corresponde ao segundo fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial, explicando, após rotação, 29,2% da variância total das variáveis de base. O FDR pretende refletir o poder de compra de manifestação irregular, geralmente sazonal, e que está relacionado com os fluxos populacionais induzidos pela atividade turística associados à dinâmica económica que persiste na informação de base para além da refletida no primeiro fator com maior poder explicativo extraído da análise fatorial — o Indicador per Capita do poder de compra.

Assim, o objetivo essencial da construção do FDR consiste em isentar o indicador principal, o IpC, do efeito poder de compra manifestado irregularmente (essencialmente, pelos turistas), pelo que os dois fatores devem captar influências distintas entre si. Importa, assim, sublinhar que um valor baixo assumido no FDR em determinada unidade territorial não significa que a atividade turística seja pouco relevante neste território mas apenas que fica esbatida face ao elevado poder de compra aí manifestado de forma regular. Esta leitura decorre, fundamentalmente, da opção por um método de rotação ortogonal, isto é, de um método que mantém a correlação nula entre os fatores extraídos, conforme explicitado na exposição metodológica.

O FDR é apresentado como variável estandardizada (com média igual a 0 e desvio-padrão igual a 1), adotando-se como unidade de medida para efeitos de análise o desvio-padrão da respetiva distribuição municipal. Tal como o IpC, o FDR é extraído a partir da matriz de 16 variáveis de base maioritariamente reportadas ao ano de 2015.

Fator Dinamismo Relativo por município, 2015 | Figura 10



A análise por município confirma, tal como nas edições anteriores do estudo, a relevância da manifestação irregular do poder de compra no Algarve. De facto, em 2015, dos 16 municípios com um FDR superior ao desvio-padrão da distribuição, 11 situavam-se naquela região: Albufeira, Vila do Bispo, Lagos, Loulé, Lagoa, Aljezur, Tavira, Castro Marim, Portimão, Vila Real de Santo António e Silves [Figura 10]. De entre estes municípios, Albufeira e Vila do Bispo destacavam-se claramente, apresentando um FDR superior a 8 desvios-padrão.

Os municípios de Grândola (1,952), no Alentejo Litoral, da Nazaré (1,776) e de Óbidos (1,610), ambos na sub-região Oeste, e de Lisboa (1,590) e Cascais (1,088), na Área Metropolitana de Lisboa, completavam o conjunto dos 16 municípios que apresentavam um FDR superior a 1 em 2015.

Com valores no FDR situados entre 0,5 e 1, encontrava-se um conjunto adicional de 7 municípios — Porto Moniz e Porto Santo (Região Autónoma da Madeira), Monchique, São Brás de Alportel, Faro e Olhão (Algarve), e Odemira (Alentejo Litoral).

No outro extremo, com resultados menos significativos no FDR em 2015, encontravam-se alguns grandes centros urbanos, incluindo municípios das áreas metropolitanas de Lisboa (Oeiras, Vila Franca de Xira e Barreiro) e do Porto (São João da Madeira e Valongo), capitais de distrito do Interior continental como Beja e Portalegre, mas também municípios do Alentejo (Castro Verde, Campo Maior, Sines e Vendas Novas), do Médio Tejo (Entroncamento e Constância), da Região Autónoma dos Açores (Angra do Heroísmo) e do Oeste (Sobral de Monte Agraço). Este conjunto de 15 municípios apresentava valores de FDR iguais ou inferiores a -0,6.

Importa, igualmente, sublinhar a existência de municípios que apresentavam valores de IpC e FDR simultaneamente elevados em 2015. Nesta perspetiva, merecem destaque os municípios do Algarve, sobretudo Albufeira, Portimão e Faro, mas também Cascais, Lisboa e Funchal. Estes seis municípios estão nos primeiros 10% da distribuição do IpC e, simultaneamente, do FDR.

QUADROS DE RESULTADOS



IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015 | Quadro 5 (continua)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Portugal	100,00	100,000	-0,009
Continente	100,70	95,814	-0,006
NORTE	92,09	32,093	-0,281
Alto Minho	79,87	1,825	0,007
Arcos de Valdevez	68,79	0,144	0,129
Caminha	80,61	0,126	0,464
Melgaço	64,17	0,053	0,280
Monção	70,22	0,125	0,237
Paredes de Coura	65,01	0,056	-0,177
Ponte da Barca	64,78	0,072	0,151
Ponte de Lima	69,59	0,286	-0,059
Valença	84,93	0,111	0,254
Viana do Castelo	93,65	0,780	-0,216
Vila Nova de Cerveira	82,74	0,072	0,231
Cávado	88,81	3,491	-0,309
Amares	70,66	0,125	-0,022
Barcelos	77,68	0,891	-0,325
Braga	105,42	1,850	-0,492
Esposende	84,81	0,279	0,148
Terras de Bouro	63,97	0,041	0,030
Vila Verde	66,45	0,305	-0,054
Ave	84,53	3,420	-0,294
Cabeceiras de Basto	65,16	0,102	-0,054
Fafe	74,75	0,357	-0,213
Guimarães	90,60	1,357	-0,297
Mondim de Basto	58,76	0,041	0,112
Póvoa de Lanhoso	69,89	0,147	0,191
Vieira do Minho	69,03	0,082	-0,096
Vila Nova de Famalicão	88,94	1,144	-0,456
Vizela	82,98	0,191	-0,362
A. M. Porto	104,82	17,471	-0,332
Arouca	69,49	0,144	-0,204
Espinho	104,58	0,300	-0,378
Gondomar	83,95	1,350	-0,567
Maia	113,16	1,485	-0,494
Matosinhos	123,68	2,075	-0,475
Oliveira de Azeméis	83,35	0,540	-0,559
Paredes	78,16	0,654	-0,353
Porto	161,43	3,350	0,240
Póvoa de Varzim	94,88	0,574	-0,001
Santa Maria da Feira	84,57	1,141	-0,434
Santo Tirso	85,14	0,573	-0,241
São João da Madeira	136,12	0,282	-0,694
Trofa	91,14	0,337	-0,465
Vale de Cambra	88,19	0,187	-0,506
Valongo	91,05	0,838	-0,650
Vila do Conde	96,59	0,742	0,042
Vila Nova de Gaia	99,60	2,901	-0,390

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Alto Tâmega	69,88	0,603	-0,010
Boticas	59,91	0,031	-0,007
Chaves	80,52	0,313	-0,072
Montalegre	63,65	0,059	0,102
Ribeira de Pena	57,33	0,034	0,077
Valpaços	60,13	0,091	0,011
Vila Pouca de Aguiar	63,13	0,076	0,031
Tâmega e Sousa	72,30	2,962	-0,282
Amarante	71,98	0,379	-0,227
Baião	57,14	0,108	-0,203
Castelo de Paiva	65,87	0,102	-0,173
Celorico de Basto	56,08	0,106	-0,070
Cinfães	56,32	0,104	-0,172
Felgueiras	81,91	0,453	-0,434
Lousada	70,08	0,319	-0,300
Marco de Canaveses	73,43	0,373	-0,284
Paços de Ferreira	78,39	0,432	-0,314
Penafiel	77,04	0,527	-0,320
Resende	58,16	0,060	-0,107
Douro	77,20	1,458	-0,198
Alijó	66,02	0,071	0,079
Armamar	64,10	0,037	0,059
Carrazeda de Ansiães	61,66	0,035	0,068
Freixo de Espada à Cinta	63,64	0,021	-0,178
Lamego	80,82	0,199	-0,251
Mesão Frio	69,70	0,028	-0,201
Moimenta da Beira	66,75	0,064	-0,050
Murça	61,42	0,033	-0,159
Penedono	60,71	0,016	-0,058
Peso da Régua	84,52	0,133	-0,344
Sabrosa	63,79	0,037	-0,055
Santa Marta de Penaguião	60,23	0,040	-0,204
São João da Pesqueira	65,00	0,046	-0,074
Sernancelhe	59,23	0,031	-0,148
Tabuaço	55,85	0,033	0,030
Tarouca	62,67	0,047	-0,102
Torre de Moncorvo	63,83	0,049	-0,082
Vila Nova de Foz Côa	69,10	0,045	-0,079
Vila Real	100,81	0,491	-0,406
Terras de Trás-os-Montes	80,56	0,863	-0,290
Alfândega da Fé	64,56	0,029	-0,174
Bragança	97,97	0,322	-0,434
Macedo de Cavaleiros	74,67	0,107	-0,332
Miranda do Douro	75,79	0,052	-0,158
Mirandela	84,51	0,183	-0,272
Mogadouro	67,65	0,058	-0,193
Vila Flor	63,07	0,038	-0,141
Vimioso	62,60	0,026	-0,117
Vinhais	58,25	0,047	-0,163

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
CENTRO	88,75	19,365	-0,212
Oeste	88,92	3,083	0,021
Alcobaça	86,28	0,459	-0,035
Alenquer	89,69	0,374	-0,314
Arruda dos Vinhos	90,41	0,127	-0,541
Bombarral	81,53	0,100	-0,119
Cadaval	71,31	0,095	-0,192
Caldas da Rainha	98,25	0,490	-0,142
Lourinhã	77,96	0,193	0,149
Nazaré	85,73	0,120	1,776
Óbidos	77,71	0,087	1,610
Peniche	85,94	0,224	0,437
Sobral de Monte Agraço	103,09	0,102	-0,628
Torres Vedras	93,21	0,712	-0,139
Região de Aveiro	91,90	3,237	-0,238
Águeda	86,13	0,390	-0,399
Albergaria-a-Velha	83,72	0,198	-0,463
Anadia	79,58	0,215	-0,079
Aveiro	125,13	0,930	-0,130
Estarreja	82,49	0,210	-0,481
Ílhavo	88,24	0,327	-0,219
Murtosa	69,40	0,070	-0,029
Oliveira do Bairro	80,99	0,185	-0,288
Ovar	89,63	0,473	-0,271
Sever do Vouga	74,08	0,085	-0,335
Vagos	68,96	0,153	0,103
Região de Coimbra	94,71	4,047	-0,264
Arganil	68,46	0,076	0,045
Cantanhede	80,78	0,280	-0,025
Coimbra	131,54	1,712	-0,551
Condeixa-a-Nova	79,70	0,134	-0,439
Figueira da Foz	95,23	0,556	0,009
Góis	64,86	0,025	-0,050
Lousã	81,70	0,136	-0,371
Mealhada	86,27	0,168	-0,032
Mira	72,77	0,085	0,155
Miranda do Corvo	68,06	0,085	-0,287
Montemor-o-Velho	71,83	0,178	-0,312
Mortágua	73,23	0,065	-0,165
Oliveira do Hospital	74,86	0,145	-0,151
Pampilhosa da Serra	65,30	0,026	-0,260
Penacova	62,75	0,087	-0,259
Penela	69,22	0,038	-0,166
Soure	71,75	0,125	-0,378
Tábua	68,54	0,078	-0,111
Vila Nova de Poiares	69,52	0,047	0,083

Ipc, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Região de Leiria	92,17	2,578	-0,252
Alvaiázere	66,90	0,045	-0,035
Ansião	72,84	0,089	0,042
Batalha	83,84	0,128	-0,226
Castanheira de Pêra	69,78	0,019	0,027
Figueiró dos Vinhos	67,24	0,038	-0,021
Leiria	102,92	1,251	-0,334
Marinha Grande	99,33	0,371	-0,563
Pedrógão Grande	68,24	0,024	0,131
Pombal	82,79	0,429	0,025
Porto de Mós	80,25	0,185	-0,327
Viseu Dão Lafões	80,34	2,013	-0,208
Aguiar da Beira	66,05	0,032	-0,021
Carregal do Sal	70,10	0,065	-0,081
Castro Daire	64,39	0,091	-0,168
Mangualde	81,94	0,152	-0,378
Nelas	76,25	0,099	-0,206
Oliveira de Frades	80,54	0,078	-0,425
Penalva do Castelo	58,59	0,042	-0,162
Santa Comba Dão	71,12	0,075	0,047
São Pedro do Sul	68,28	0,106	-0,207
Sátão	61,71	0,071	-0,064
Tondela	74,07	0,198	-0,256
Vila Nova de Paiva	61,25	0,029	0,155
Viseu	95,93	0,911	-0,232
Vouzela	64,47	0,063	-0,251
Beira Baixa	86,45	0,699	-0,340
Castelo Branco	97,40	0,504	-0,441
Idanha-a-Nova	68,61	0,058	0,013
Oleiros	63,52	0,032	-0,220
Penamacor	59,94	0,030	-0,084
Proença-a-Nova	69,33	0,052	-0,302
Vila Velha de Ródão	73,69	0,023	-0,300
Médio Tejo	87,40	2,010	-0,326
Abrantes	91,54	0,325	-0,524
Alcanena	86,70	0,111	-0,277
Constância	93,21	0,036	-0,615
Entroncamento	103,06	0,205	-0,918
Ferreira do Zêzere	67,91	0,054	0,021
Mação	69,26	0,045	-0,269
Ourém	83,23	0,362	0,161
Sardoal	73,92	0,027	-0,262
Sertã	75,12	0,110	-0,210
Tomar	87,40	0,323	-0,373
Torres Novas	98,77	0,340	-0,479
Vila de Rei	65,39	0,021	-0,146
Vila Nova da Barquinha	72,12	0,051	-0,390

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Beiras e Serra da Estrela	79,15	1,697	-0,223
Almeida	75,42	0,046	0,400
Belmonte	74,92	0,047	-0,117
Celorico da Beira	67,05	0,047	0,033
Covilhã	87,84	0,414	-0,394
Figueira de Castelo Rodrigo	66,35	0,038	-0,257
Fornos de Algodres	59,56	0,028	-0,063
Fundão	77,93	0,209	-0,127
Gouveia	67,60	0,086	-0,159
Guarda	96,25	0,374	-0,458
Manteigas	63,91	0,020	-0,095
Mêda	62,10	0,029	-0,027
Pinhel	62,39	0,054	-0,222
Sabugal	63,67	0,071	0,155
Seia	77,25	0,174	-0,190
Trancoso	66,97	0,061	-0,145
A. M. LISBOA	124,68	33,912	0,079
Alcochete	118,25	0,215	0,083
Almada	109,73	1,800	-0,304
Amadora	103,87	1,774	-0,490
Barreiro	101,90	0,753	-0,631
Cascais	122,72	2,496	1,088
Lisboa	214,54	10,466	1,590
Loures	97,88	1,949	-0,172
Mafra	96,41	0,764	0,116
Moita	83,18	0,524	-0,524
Montijo	101,36	0,541	-0,374
Odivelas	90,27	1,348	-0,388
Oeiras	157,08	2,633	-1,020
Palmela	97,49	0,604	-0,293
Seixal	91,73	1,460	-0,416
Sesimbra	91,94	0,451	0,291
Setúbal	107,61	1,226	-0,045
Sintra	95,96	3,550	-0,361
Vila Franca de Xira	99,82	1,357	-0,650
ALENTEJO	91,04	6,377	-0,317
Alentejo Litoral	93,29	0,856	0,222
Alcácer do Sal	81,75	0,096	0,425
Grândola	88,15	0,125	1,952
Odemira	78,05	0,190	0,513
Santiago do Cacém	94,98	0,268	-0,584
Sines	133,47	0,177	-0,636
Baixo Alentejo	85,92	0,998	-0,488
Aljustrel	88,92	0,074	-0,542
Almodôvar	80,83	0,054	-0,351
Alvito	68,01	0,016	-0,200
Barrancos	64,96	0,011	-0,223
Beja	107,06	0,354	-0,792
Castro Verde	102,41	0,071	-0,969
Cuba	66,36	0,031	-0,368
Ferreira do Alentejo	75,43	0,058	-0,216
Mértola	66,78	0,042	-0,183
Moura	77,80	0,107	-0,449
Ourique	74,14	0,035	-0,094
Serpa	72,56	0,105	-0,266
Vidigueira	72,84	0,040	-0,205

Ipc, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015

Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
Lezíria do Tejo	92,32	2,155	-0,311
Almeirim	87,44	0,195	-0,522
Alpiarça	77,41	0,055	-0,451
Azambuja	107,44	0,230	0,212
Benavente	95,54	0,276	-0,439
Cartaxo	89,74	0,208	-0,530
Chamusca	73,00	0,068	-0,335
Coruche	78,39	0,141	-0,276
Golegã	83,26	0,045	-0,326
Rio Maior	90,05	0,180	-0,374
Salvaterra de Magos	79,06	0,166	-0,295
Santarém	103,95	0,590	-0,245
Alto Alentejo	87,16	0,929	-0,424
Alter do Chão	74,39	0,024	-0,430
Arronches	72,80	0,021	-0,339
Avis	75,36	0,032	-0,412
Campo Maior	95,16	0,076	-0,820
Castelo de Vide	82,58	0,025	-0,283
Crato	71,85	0,023	-0,329
Elvas	91,24	0,190	-0,283
Fronteira	75,32	0,022	-0,399
Gavião	71,16	0,025	-0,382
Marvão	66,29	0,021	0,136
Monforte	76,51	0,023	-0,469
Nisa	74,70	0,048	-0,201
Ponte de Sor	85,92	0,131	-0,400
Portalegre	105,70	0,237	-0,711
Sousel	69,45	0,031	0,011
Alentejo Central	94,35	1,439	-0,446
Alandroal	64,61	0,033	-0,212
Arraiolos	72,67	0,050	-0,295
Borba	74,96	0,051	-0,296
Estremoz	95,22	0,123	-0,376
Évora	116,39	0,604	-0,570
Montemor-o-Novo	87,26	0,138	-0,513
Mora	82,42	0,036	-0,322
Mourão	70,38	0,017	-0,079
Portel	64,96	0,038	-0,220
Redondo	71,97	0,046	-0,166
Reguengos de Monsaraz	89,80	0,090	-0,369
Vendas Novas	95,96	0,107	-0,610
Viana do Alentejo	78,88	0,041	-0,402
Vila Viçosa	84,86	0,066	-0,496

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
ALGARVE	95,17	4,067	3,261
Albufeira	104,44	0,408	8,359
Alcoutim	68,53	0,016	-0,016
Aljezur	64,10	0,035	3,459
Castro Marim	69,69	0,043	2,720
Faro	132,14	0,780	0,609
Lagoa	81,39	0,179	4,851
Lagos	88,31	0,263	5,789
Loulé	95,76	0,643	5,285
Monchique	61,26	0,032	0,854
Olhão	80,80	0,354	0,525
Portimão	100,67	0,540	2,609
São Brás de Alportel	83,58	0,085	0,789
Silves	75,16	0,266	1,085
Tavira	89,39	0,220	2,830
Vila do Bispo	60,94	0,031	8,028
Vila Real de Santo António	93,66	0,173	2,061
R. A. AÇORES	85,50	2,032	-0,375
Santa Maria	88,97	0,049	-0,557
Vila do Porto	88,97	0,049	-0,557
São Miguel	86,57	1,157	-0,362
Lagoa (R.A.A.)	71,25	0,101	-0,338
Nordeste	62,69	0,030	-0,092
Ponta Delgada	105,50	0,698	-0,510
Povoação	65,89	0,039	0,246
Ribeira Grande	69,53	0,220	-0,333
Vila Franca do Campo	62,99	0,069	-0,033
Terceira	86,26	0,468	-0,454
Angra do Heroísmo	93,98	0,314	-0,636
Vila da Praia da Vitória	73,87	0,154	-0,163
Graciosa	72,07	0,030	-0,258
Santa Cruz da Graciosa	72,07	0,030	-0,258
São Jorge	77,54	0,064	-0,158
Calheta (R.A.A.)	72,61	0,023	-0,078
Velas	80,65	0,041	-0,208
Pico	79,79	0,107	-0,289
Lajes do Pico	70,57	0,032	-0,230
Madalena	87,89	0,051	-0,312
São Roque do Pico	78,08	0,025	-0,329
Faial	86,99	0,125	-0,354
Horta	86,99	0,125	-0,354
Flores	79,82	0,029	-0,405
Lajes das Flores	70,02	0,010	-0,147
Santa Cruz das Flores	86,52	0,018	-0,582
Corvo	74,25	0,003	-0,540
Corvo	74,25	0,003	-0,540

IpC, PPC e FDR por NUTS I, II, III e município, 2015 | Quadro 5 (continuação)

	Indicador per Capita	Percentagem de Poder de Compra	Fator Dinamismo Relativo
R. A. MADEIRA	86,86	2,154	0,232
Calheta (R.A.M.)	61,62	0,066	0,420
Câmara de Lobos	57,25	0,190	-0,027
Funchal	115,29	1,177	0,435
Machico	77,21	0,154	-0,238
Ponta do Sol	55,83	0,047	0,220
Porto Moniz	60,53	0,014	0,986
Ribeira Brava	67,72	0,082	0,101
Santa Cruz	72,11	0,306	0,055
Santana	59,82	0,040	0,077
São Vicente	61,07	0,031	0,371
Porto Santo	93,62	0,047	0,856

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2015⁷

Quadro 6 (continua)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
	Lisboa	90	Portimão
	Oeiras		Vila Franca de Xira
	Porto		Vila Real
99	São João da Madeira	89	Marinha Grande
	Coimbra		Torres Novas
98	Faro	88	Vila Nova de Gaia
	Sines		Bragança
	Aveiro		Caldas da Rainha
	Cascais	87	Loures
97	Matosinhos		Castelo Branco
	Alcochete		Palmela
	Évora	86	Vila do Conde
96	Funchal		Guarda
	Almada		Mafra
	Maia		Sintra
95	Setúbal		Vendas Novas
	Azambuja	85	Benavente
	Beja		Loulé
94	Portalegre		Viseu
	Braga	84	Campo Maior
	Espinho		Estremoz
93	Ponta Delgada		Figueira da Foz
	Albufeira	83	Angra do Heroísmo
	Amadora		Póvoa de Varzim
92	Santarém		Santiago do Cacém
	Entroncamento	82	Porto Santo
	Leiria		Viana do Castelo
91	Sobral de Monte Agraço		Vila Real de Santo António
	Barreiro	81	Constância
	Castro Verde		Sesimbra
90	Montijo	80	Torres Vedras

⁷ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2015

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
80	Abrantes Elvas Seixal	70	Águeda Peniche Ponte de Sôr
79	Guimarães Trofa Valongo	69	Nazaré Santo Tirso Valença
78	Arruda dos Vinhos Odivelas Rio Maior	68	Esposende Santa Maria da Feira Vila Viçosa
77	Alenquer Cartaxo Reguengos de Monsaraz	67	Gondomar Mirandela Peso da Régua
76	Ovar Tavira Vila do Porto	66	Albergaria-a-Velha Batalha São Brás de Alportel
75	Aljustrel Lagos Vila Nova de Famalicão	65	Golegã Oliveira de Azeméis Ourém
74	Grândola Ílhavo Vale de Cambra	64	Moita Pombal Vizela
73	Almeirim Covilhã Madalena	63	Castelo de Vide Estarreja Vila Nova de Cerveira
72	Alcanena Horta Montemor-o-Novo Tomar	62	Felgueiras Mangualde Mora
71	Alcobaça Mealhada Santa Cruz das Flores	61	Alcácer do Sal Bombarral Lousã
70		60	

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2015

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita	Percentis	Indicador per Capita
60	Almodôvar	50	Almeida
	Lagoa		Ferreira do Alentejo
59	Oliveira do Bairro	49	Miranda do Douro
	Cantanhede		Avis
	Lamego		Fronteira
58	Olhão	48	Silves
	Caminha		Belmonte
	Chaves		Borba
	Oliveira de Frades	47	Sertã
	Velas		Fafe
57	Anadia		Nisa
	Condeixa-a-Nova	46	Oliveira do Hospital
	Porto de Mós		Alter do Chão
56	Salvaterra de Magos		Corvo
	Viana do Alentejo	45	Macedo de Cavaleiros
55	Coruche		Ourique
	Paços de Ferreira		Sever do Vouga
	Paredes	44	Tondela
	São Roque do Pico		Sardoal
54	Fundão		Vila da Praia da Vitória
	Lourinhã		Vila Velha de Ródão
	Odemira	43	Chamusca
53	Barcelos		Marco de Canaveses
	Moura		Mortágua
	Óbidos	42	Ansião
52	Alpiarça		Arronches
	Machico		Mira
	Seia	41	Vidigueira
51	Monforte		Arraiolos
	Nelas		Calheta (R.A.A.)
	Penafiel	40	Serpa

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2015

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
40	Santa Cruz Santa Cruz da Graciosa Vila Nova da Barquinha
39	Amarante Crato Redondo
38	Cadaval Montemor-o-Velho Soure
37	Gavião Lagoa (R.A.A) Santa Comba Dão
36	Amares Lajes do Pico Mourão
35	Carregal do Sal Lousada Monção
34	Castanheira de Pêra Lajes das Flores Póvoa de Lanhoso
33	Castro Marim Mesão Frio Ponte de Lima
32	Arouca Ribeira Grande Vila Nova de Poiares
31	Murtosa Proença-a-Nova Sousel
30	

Percentis	Indicador per Capita
30	Mação Penela Vila Nova de Foz Côa
29	Arcos de Valdevez Idanha-a-Nova Vagos Vieira do Minho
28	Alcoutim Arganil Tábua
27	Miranda do Corvo Pedrógão Grande São Pedro do Sul
26	Alvito Ferreira do Zêzere Ribeira Brava
25	Figueiró dos Vinhos Gouveia Mogadouro
24	Alvaiázere Celorico da Beira Trancoso
23	Mértola Moimenta da Beira Vila Verde
22	Cuba Figueira de Castelo Rodrigo Marvão
21	Aguiar da Beira Alijó Povoação
20	

Distribuição por percentis do Indicador per Capita (IpC)
registado nos municípios, 2015

Quadro 6 (continuação)

Percentis	Indicador per Capita
20	Castelo de Paiva Pampilhosa da Serra Vila de Rei
19	Cabeceiras de Basto Paredes de Coura São João da Pesqueira
18	Barrancos Góis Portel
17	Alandroal Alfândega da Fé Ponte da Barca
16	Castro Daire Melgaço Vouzela
15	Aljezur Armamar Terras de Bouro Manteigas
14	Sabrosa Sabugal Torre de Moncorvo
13	Freixo de Espada à Cinta Montalegre Oleiros
12	Vila Flor Vila Franca do Campo Vila Pouca de Aguiar
11	Nordeste Penacova Taruca
10	

Percentis	Indicador per Capita
10	Meda Pinhel Vimioso
9	Calheta (R.A.M.) Carraceda de Ansiães Sátão
8	Monchique Murça Vila Nova de Paiva
7	Penedono São Vicente Vila do Bispo
6	Porto Moniz Santa Marta de Penaguião Valpaços
5	Boticas Penamacor Santana
4	Fornos de Algodres Mondim de Basto Sernancelhe
3	Penalva do Castelo Resende Vinhais
2	Baião Câmara de Lobos Ribeira de Pena
1	Celorico de Basto Cinfães Ponta do Sol Tabuaço

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2015⁸

Quadro 7 (continua)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
99	Lisboa	90	Ponta Delgada
	Porto		Torres Vedras
	Sintra		Vila do Conde
	Vila Nova de Gaia		
98	Cascais	89	Loulé
	Matosinhos		Palmela
	Oeiras		Paredes
97	Almada	88	Évora
	Braga		Póvoa de Varzim
	Loures		Santarém
96	Amadora	87	Figueira da Foz
	Coimbra		Montijo
	Maia		Santo Tirso
95	Guimarães	86	Moita
	Seixal		Oliveira de Azeméis
	Vila Franca de Xira		Penafiel
94	Gondomar	85	Portimão
	Leiria		Caldas da Rainha
	Odivelas		Castelo Branco
93	Funchal	84	Vila Real
	Setúbal		Alcobaça
	Vila Nova de Famalicão		Felgueiras
92	Aveiro	83	Ovar
	Santa Maria da Feira		Paços de Ferreira
	Viseu		Pombal
91	Barcelos	82	Sesimbra
	Valongo		Águeda
	Viana do Castelo		Albufeira
90	Barreiro	81	Covilhã
	Faro		Alenquer
	Mafra		Amarante
		80	Guarda

⁸ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2015

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
80	Marco de Canaveses Marinha Grande Ourém	70	Alcochete Anadia Estarreja
79	Beja Fafe Olhão	69	Cartaxo Entroncamento Fundão
78	Ílhavo Torres Novas Trofa	68	Albergaria-a-Velha Lamego Tondela
77	Abrantes Bragança Tomar	67	Almeirim Lourinhã Vizela
76	Angra do Heroísmo Chaves Lousada	66	Câmara de Lobos Elvas Odemira
75	Espinho Santa Cruz Vila Verde	65	Oliveira do Bairro Porto de Mós Vale de Cambra
74	Cantanhede Ponte de Lima São João da Madeira	64	Lagoa Mirandela Rio Maior
73	Benavente Esposende Santiago do Cacém	63	Montemor-o-Velho Seia Sines
72	Azambuja Lagos Portalegre Silves	62	Mealhada Salvaterra de Magos Vila Real de Santo António
71	Peniche Ribeira Grande Tavira	61	Machico Vagos Vila da Praia da Vitória
70		60	

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2015

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
60	Mangualde Oliveira do Hospital Póvoa de Lanhoso	50	Cabeceiras de Basto Cinfães
59	Arcos de Valdevez Arouca Coruche	49	Sobral de Monte Agraço Bombarral Castelo de Paiva Lagoa (R.A.A)
58	Condeixa-a-Nova Lousã Montemor-o-Novo Peso da Régua	48	Alcácer do Sal Cadaval Nelas
57	Arruda dos Vinhos Batalha Ponte de Sôr	47	Castro Daire Reguengos de Monsaraz Valpaços
56	Caminha Grândola Monção	46	Ansião Óbidos Penacova
55	Amares Horta Soure	45	Gouveia Mira São Brás de Alportel
54	Estremoz Nazaré Valença	44	Miranda do Corvo Ribeira Brava Sever do Vouga
53	Alcanena Baião Sertã	43	Oliveira de Frades Tábua Vieira do Minho Vila Pouca de Aguiar
52	Macedo de Cavaleiros Moura Vendas Novas	42	Arganil Campo Maior Santa Comba Dão
51	Celorico de Basto São Pedro do Sul Serpa	41	Aljustrel Ponte da Barca Vila Nova de Cerveira
50		40	

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2015

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
40	Alijó Castro Verde Sátão
39	Murtosa Sabugal Vila Franca do Campo
38	Calheta (R.A.M.) Chamusca Vila Viçosa
37	Carregal do Sal Moimenta da Beira Mortágua
36	Resende Trancoso Vouzela
35	Ferreira do Alentejo Idanha-a-Nova Montalegre
34	Alpiarça Mogadouro Paredes de Coura
33	Almodôvar Ferreira do Zêzere Pinhel
32	Melgaço Miranda do Douro Proença-a-Nova
31	Borba Madalena Vila Nova da Barquinha
30	

Percentis	Percentagem de Poder de Compra
30	Arraiolos Torre de Moncorvo Vila do Porto
29	Belmonte Nisa Tarouca Vila Nova de Poiares
28	Celorico da Beira Porto Santo Vinhais
27	Ponta do Sol Redondo São João da Pesqueira
26	Almeida Golegã Vila Nova de Foz Côa
25	Alvaiázere Castro Marim Mação
24	Mértola Penalva do Castelo Terras de Bouro
23	Mondim de Basto Velas Viana do Alentejo
22	Santa Marta de Penaguião Santana Vidigueira
21	Portel Povoação Vila Flor
20	

Distribuição por percentis da Percentagem de Poder de Compra
(PPC) registada nos municípios, 2015

Quadro 7 (continuação)

Percentis	Percentagem de Poder de Compra	Percentis	Percentagem de Poder de Compra
20	Figueira de Castelo Rodrigo Figueiró dos Vinhos Penela	10	Fornos de Algodres Mesão Frio Sardoal
19	Armamar Constância Sabrosa	9	Gavião Pampilhosa da Serra Vimioso
18	Carrazeda de Ansiães Mora Ourique	8	Castelo de Vide Góis São Roque do Pico
17	Alandroal Aljezur Ribeira de Pena	7	Alter do Chão Crato Pedrógão Grande
16	Monchique Murça Tabuaço	6	Calheta (R.A.A.) Monforte Vila Velha de Ródão
15	Aguiar da Beira Avis Lajes do Pico Oleiros	5	Freixo de Espada à Cinta Fronteira Vila de Rei
14	São Vicente Sernancelhe Sousel	4	Arronches Manteigas Marvão
13	Boticas Cuba Vila do Bispo	3	Castanheira de Pêra Mourão Santa Cruz das Flores
12	Nordeste Penamacor Santa Cruz da Graciosa	2	Alcoutim Alvito Penedono
11	Alfândega da Fé Meda Vila Nova de Paiva	1	Barrancos Corvo Lajes das Flores Porto Moniz

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2015⁹

Quadro 8 (continua)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
99	Albufeira	90	Melgaço
	Lagos		Povoação
	Loulé		Valença
	Vila do Bispo		
98	Aljezur	89	Monção
	Lagoa		Porto
	Tavira		Vila Nova de Cerveira
97	Castro Marim	88	Azambuja
	Portimão		Ponta do Sol
	Vila Real de Santo António		Póvoa de Lanhoso
96	Grândola	87	Ourém
	Nazaré		Sabugal
	Óbidos		Vila Nova de Paiva
95	Cascais	86	Esposende
	Lisboa		Lourinhã
	Silves		Mira
94	Monchique	85	Ponte da Barca
	Porto Moniz		Arcos de Valdevez
	Porto Santo		Marvão
93	Faro	84	Pedrógão Grande
	Olhão		Maфра
	São Brás de Alportel		Mondim de Basto
92	Caminha	83	Vagos
	Odemira		Montalegre
	Peniche		Ribeira Brava
91	Alcácer do Sal	82	Vila Nova de Poiares
	Calheta (R.A.M.)		Alcochete
	Funchal		Alijó
90	Almeida	81	Ribeira de Pena
	São Vicente		Armamar
	Sesimbra		Carraceda de Ansiães
		80	Santana

⁹ Os municípios são apresentados, dentro de cada percentil, por ordem alfabética.

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2015

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
80	Arganil Santa Comba Dão Santa Cruz
79	Ansião Celorico da Beira Vila do Conde
78	Tabuaço Terras de Bouro Vila Pouca de Aguiar
77	Castanheira de Pêra Ferreira do Zêzere Pombal
76	Idanha-a-Nova Sousel Valpaços
75	Boticas Figueira da Foz Póvoa de Varzim
74	Aguiar da Beira Alcoutim Figueiró dos Vinhos
73	Amares Câmara de Lobos Cantanhede
72	Mealhada Meda Murtosa
71	Vila Franca do Campo Alcobaça Alvaiázere
70	Setúbal

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
70	Góis Moimenta da Beira Vila Verde
69	Cabeceiras de Basto Penedono Sabrosa
68	Fornos de Algodres Ponte de Lima Sátão
67	Celorico de Basto Chaves São João da Pesqueira
66	Anadia Calheta (R.A.A.) Vila Nova de Foz Côa
65	Carregal do Sal Mourão Torre de Moncorvo
64	Nordeste Ourique Penamacor
63	Manteigas Tarouca Vieira do Minho
62	Resende Tábua Vimioso
61	Belmonte Bombarral Fundão
60	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2015

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
60	Aveiro Torres Vedras Vila Flor
59	Caldas da Rainha Trancoso Vila de Rei
58	Lajes das Flores Miranda do Douro Oliveira do Hospital Sernancelhe
57	Gouveia Murça Penalva do Castelo
56	Mortágua Vila da Praia da Vitória Vinhais
55	Castro Daire Penela Redondo
54	Castelo de Paiva Cinfães Loures
53	Alfândega da Fé Freixo de Espada à Cinta Paredes de Coura
52	Cadaval Mértola Seia
51	Alvito Mesão Frio Mogadouro
50	

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
50	Arouca Baião
49	Nisa
48	Nelas Santa Marta de Penaguião Vidigueira
47	São Pedro do Sul Sertã Velas
46	Alandroal Fafe Viana do Castelo
45	Ferreira do Alentejo Ílhavo Portel
44	Barrancos Oleiros Pinhel
43	Amarante Batalha Lajes do Pico
42	Machico Santarém Santo Tirso Viseu
41	Lamego Tondela Vouzela
40	Figueira de Castelo Rodrigo Penacova Santa Cruz da Graciosa

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2015

Quadro 8 (continuação)

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
40	Pampilhosa da Serra Sardoal Serpa
39	Mação Mirandela Ovar
38	Alcanena Coruche Elvas
37	Castelo de Vide Marco de Canaveses Miranda do Corvo
36	Oliveira do Bairro Palmela Salvaterra de Magos
35	Arraiolos Borba Guimarães
34	Lousada Proença-a-Nova Vila Velha de Ródão
33	Almada Madalena Montemor-o-Velho
32	Alenquer Paços de Ferreira Penafiel
31	Barcelos Golegã Mora
30	

Percentis	Fator Dinamismo Relativo
30	Crato Porto de Mós São Roque do Pico
29	Leiria Macedo de Cavaleiros Ribeira Grande Sever do Vouga
28	Arronches Chamusca Lagoa (R.A.A)
27	Almodôvar Paredes Peso da Régua
26	Horta Sintra Vizela
25	Cuba Lousã Reguengos de Monsaraz
24	Montijo Rio Maior Tomar
23	Espinho Estremoz Mangualde
22	Gavião Odivelas Soure
21	Covilhã Vila Nova da Barquinha Vila Nova de Gaia
20	

Distribuição por percentis do Fator Dinamismo Relativo (FDR)
registado nos municípios, 2015

Quadro 8 (continuação)

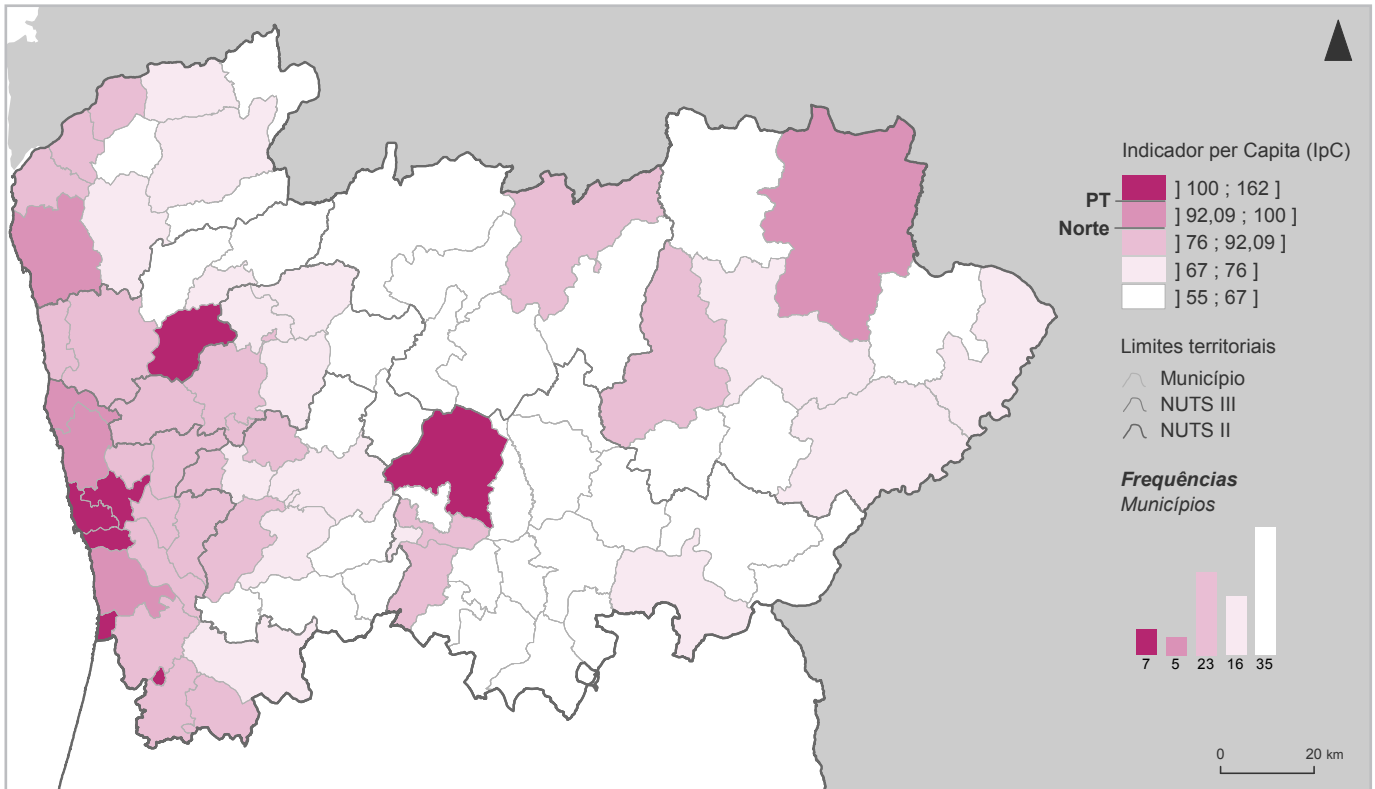
Percentis	Fator Dinamismo Relativo	Percentis	Fator Dinamismo Relativo
20	Águeda Fronteira Ponte de Sôr	10	Abrantes Almeirim Montemor-o-Novo
19	Avis Viana do Alentejo Vila Real	9	Cartaxo Corvo Moita
18	Alter do Chão Oliveira de Frades Seixal	8	Aljustrel Arruda dos Vinhos Coimbra
17	Bragança Felgueiras Santa Maria da Feira	7	Marinha Grande Oliveira de Azeméis Vila do Porto
16	Benavente Castelo Branco Condeixa-a-Nova	6	Évora Gondomar Santa Cruz das Flores
15	Alpiarça Guarda Moura Vila Nova de Famalicão	5	Constância Santiago do Cacém Vendas Novas
14	Albergaria-a-Velha Monforte Trofa	4	Barreiro Sines Sobral de Monte Agraço
13	Estarreja Matosinhos Torres Novas	3	Angra do Heroísmo Valongo Vila Franca de Xira
12	Amadora Braga Maia	2	Beja Portalegre São João da Madeira
11	Ponta Delgada Vale de Cambra Vila Viçosa	1	Campo Maior Castro Verde Entroncamento Oeiras

ANEXOS

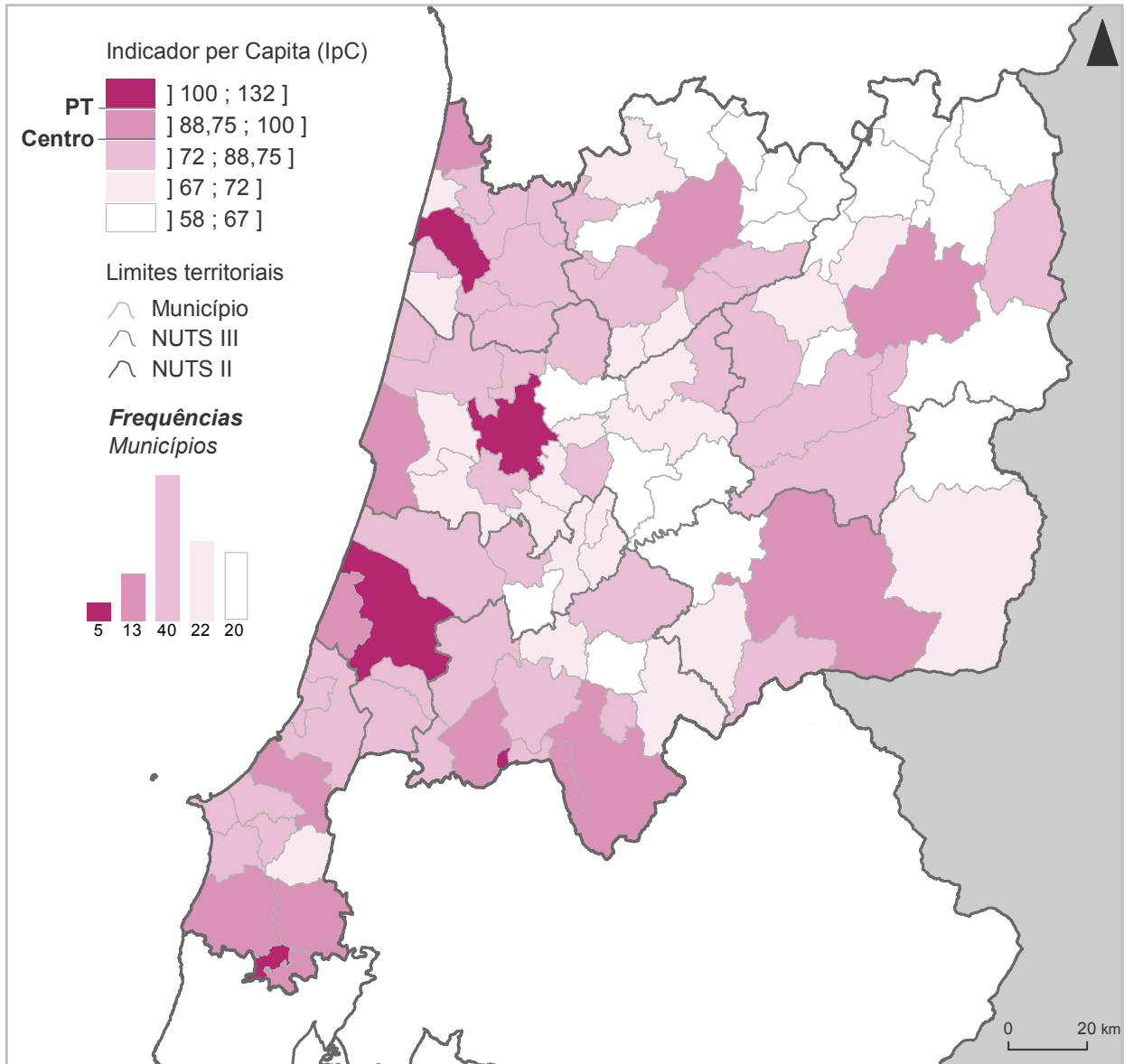


Indicador per Capita por município, na região Norte, 2015

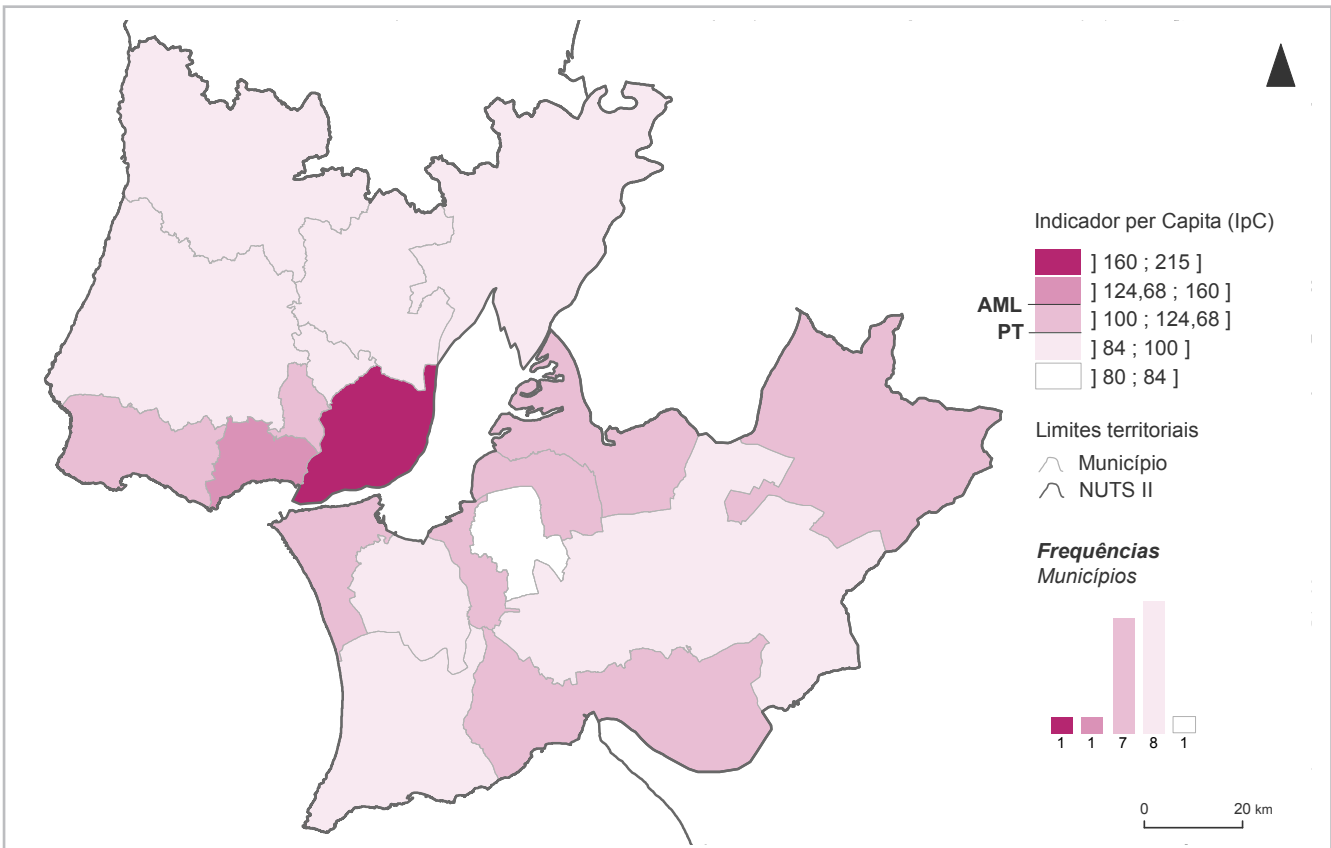
Figura 11

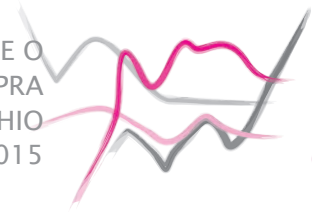


Indicador per Capita por município, na região Centro, 2015 | Figura 12

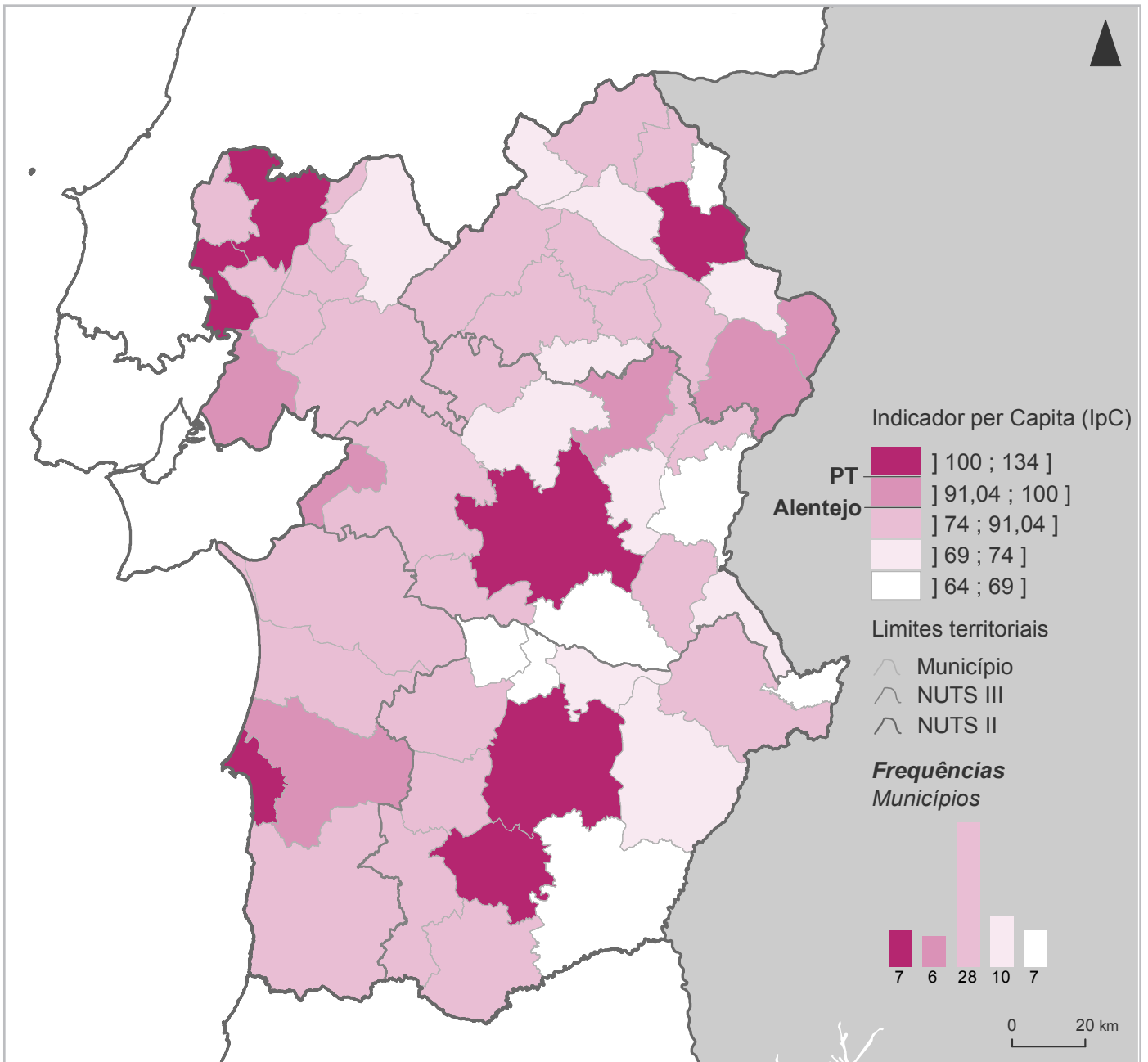


Indicador per Capita por município, na região Área
Metropolitana de Lisboa, 2015 | **Figura 13**

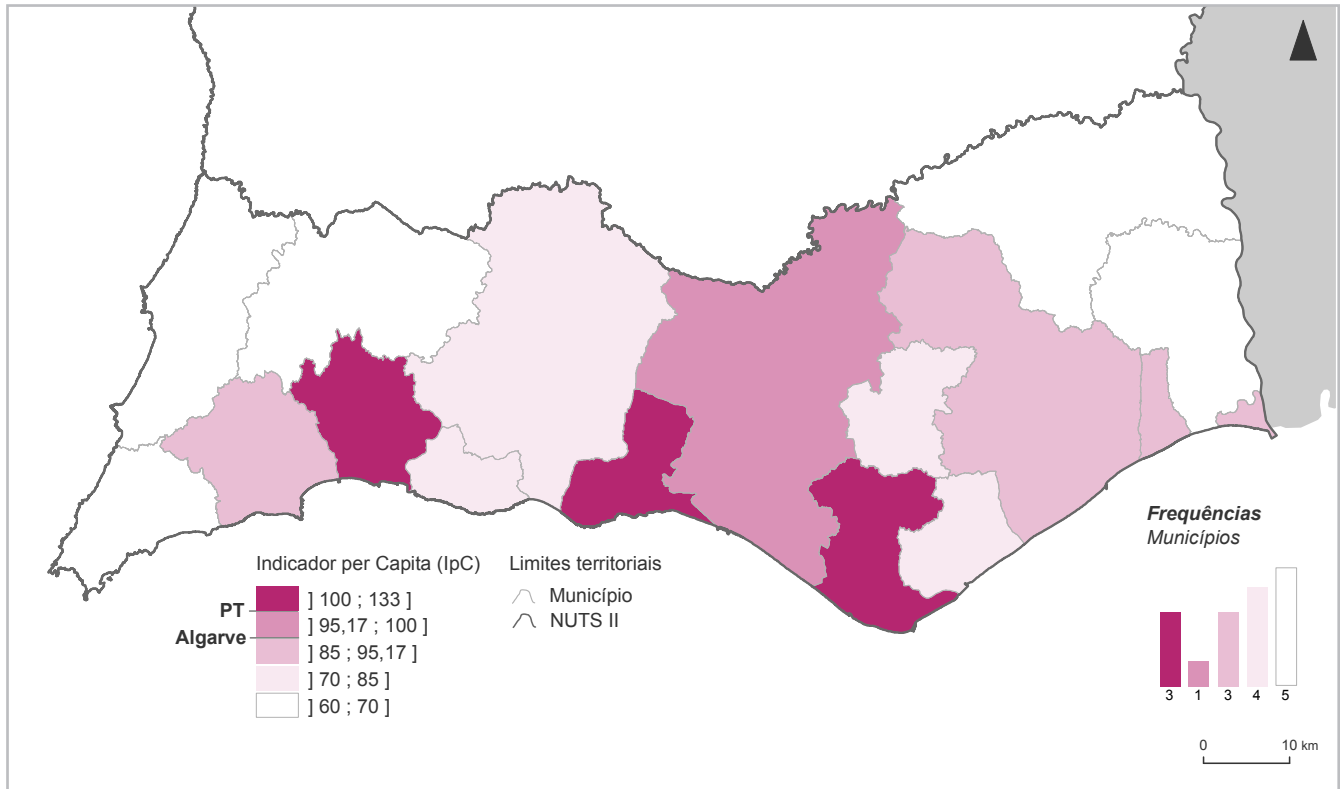




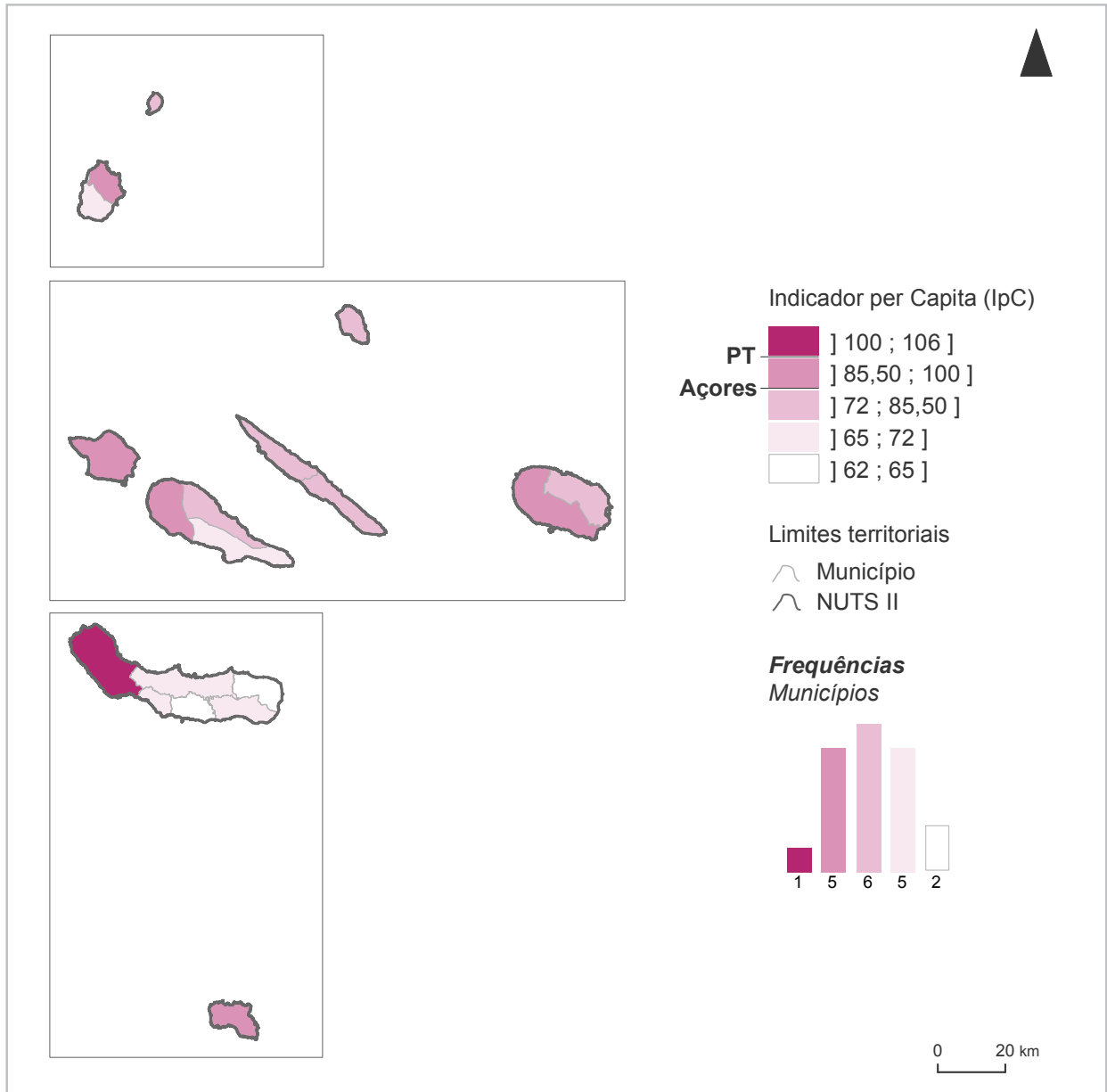
Indicador per Capita por município, na região Alentejo, 2015 | Figura 14



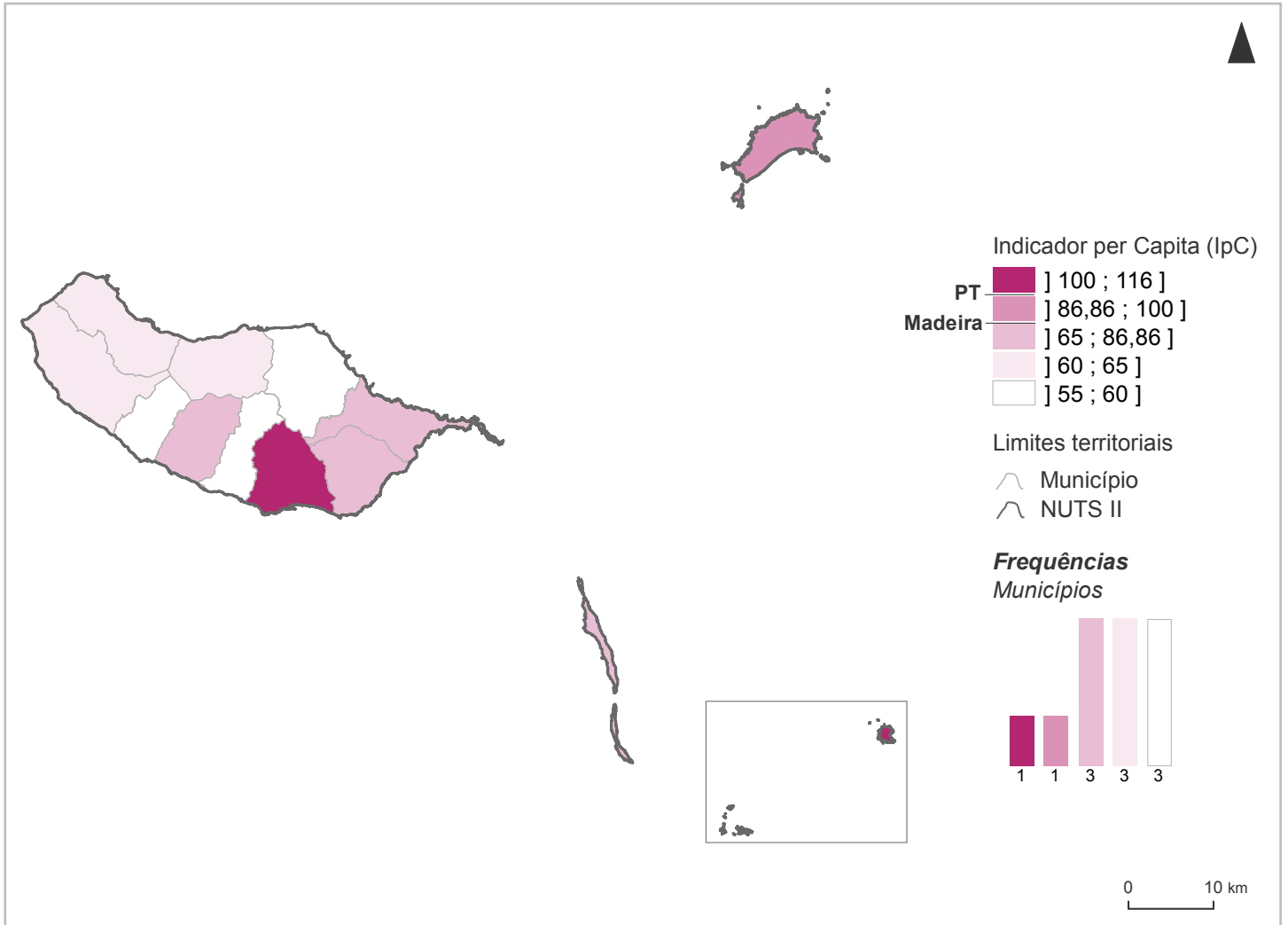
Indicador per Capita por município, na região Algarve, 2015 | Figura 15



Indicador per Capita por município, na Região Autónoma dos Açores, 2015 | **Figura 16**



Indicador per Capita por município, na Região Autónoma da Madeira, 2015 | Figura 17



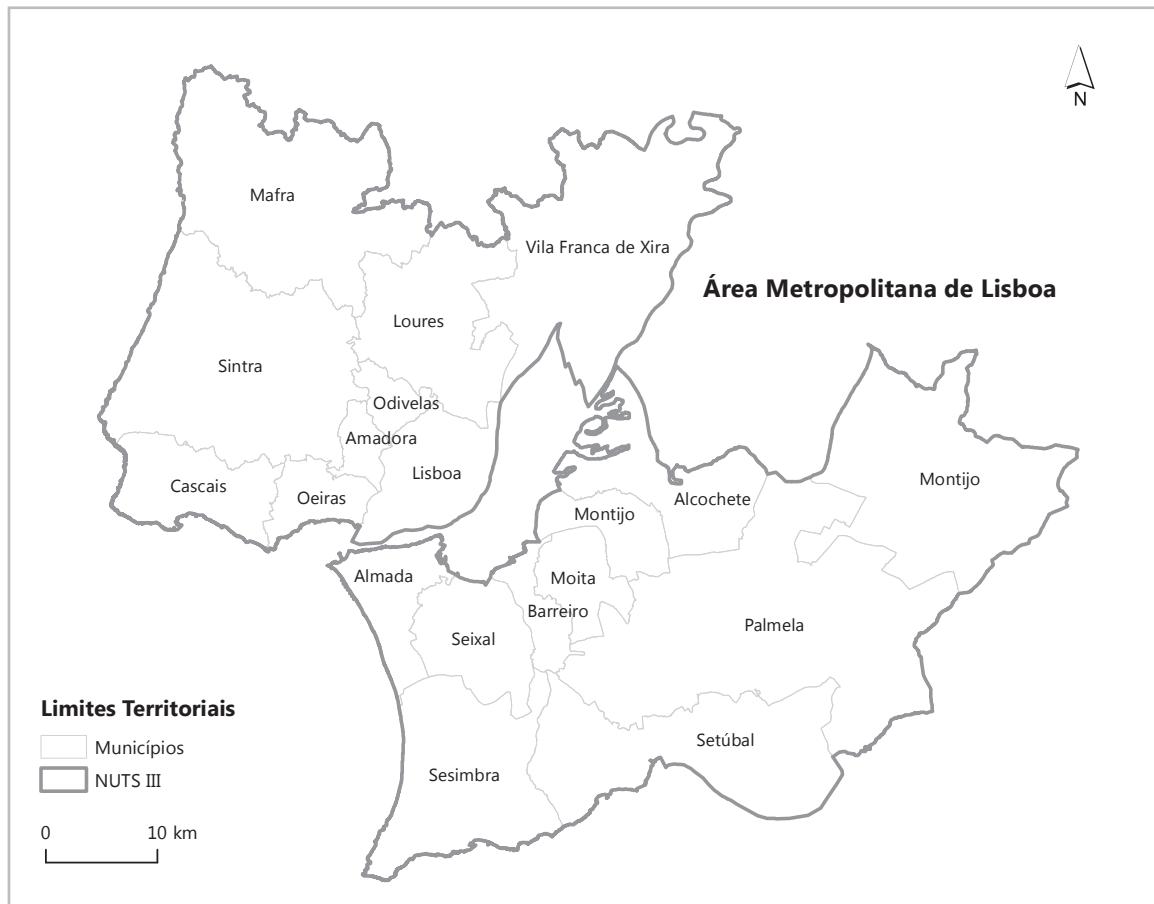
Divisão territorial da região NUTS II Norte: NUTS III e municípios | Figura 18



Divisão territorial da região NUTS II Centro: NUTS III e municípios | Figura 19



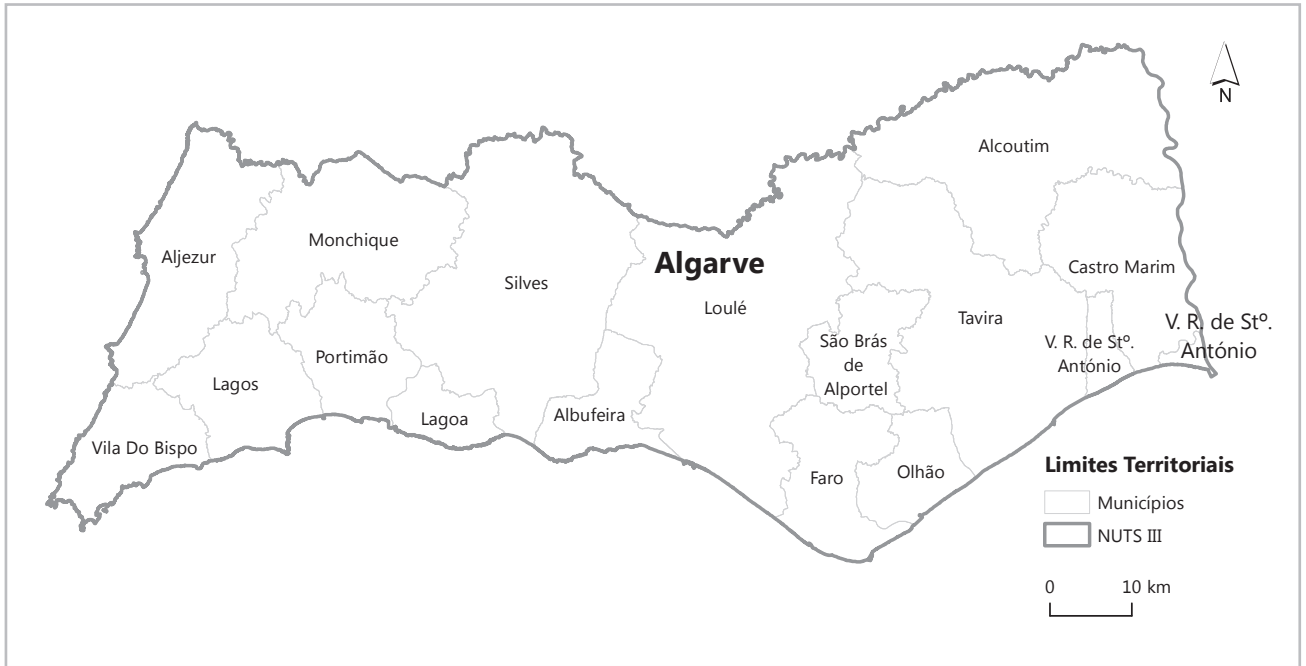
Divisão territorial da região NUTS II Área Metropolitana de Lisboa:
NUTS III e municípios | **Figura 20**



Divisão territorial da região NUTS II Alentejo: NUTS III e municípios | Figura 21

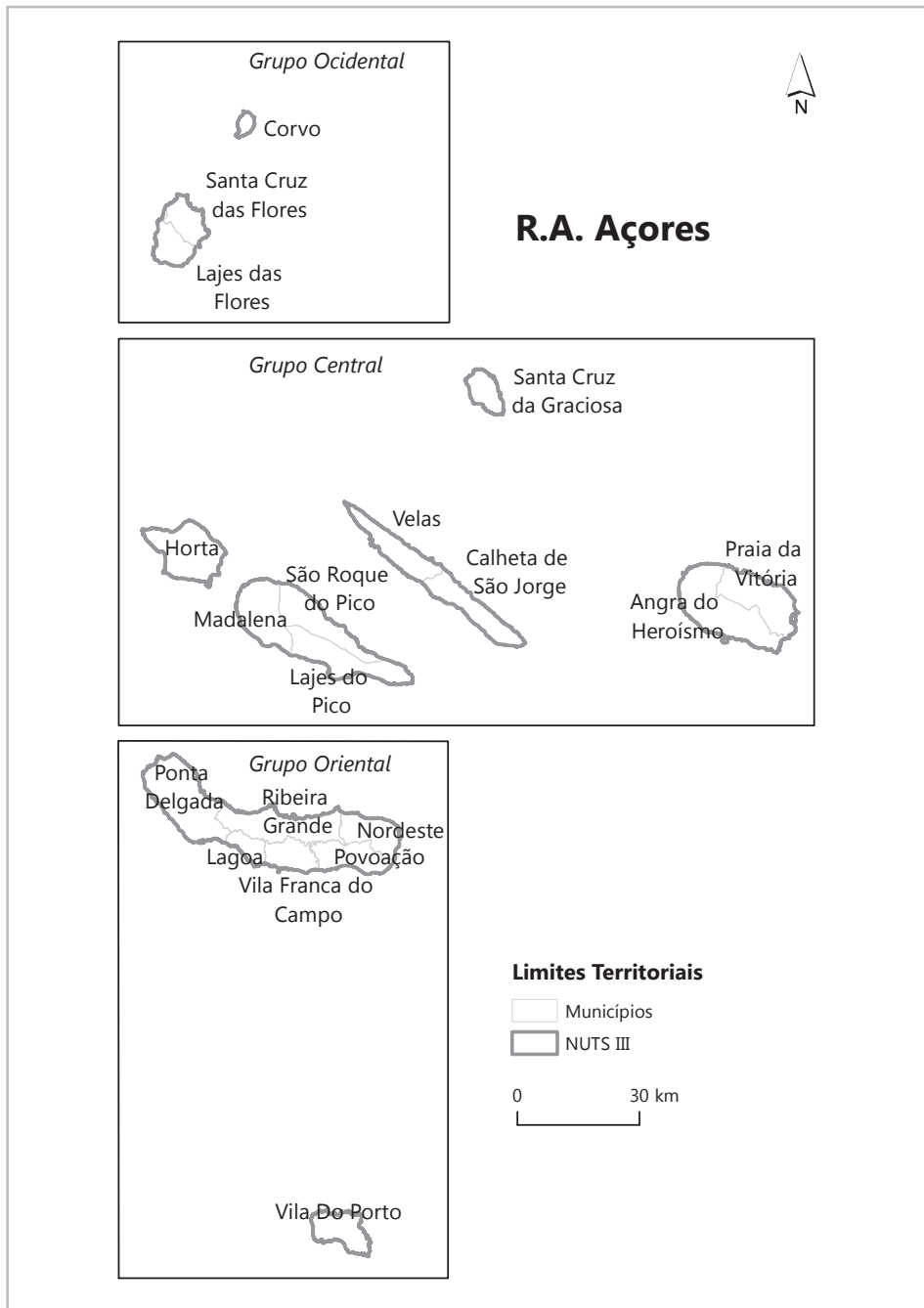


Divisão territorial da região NUTS II Algarve: NUTS III e municípios | Figura 22



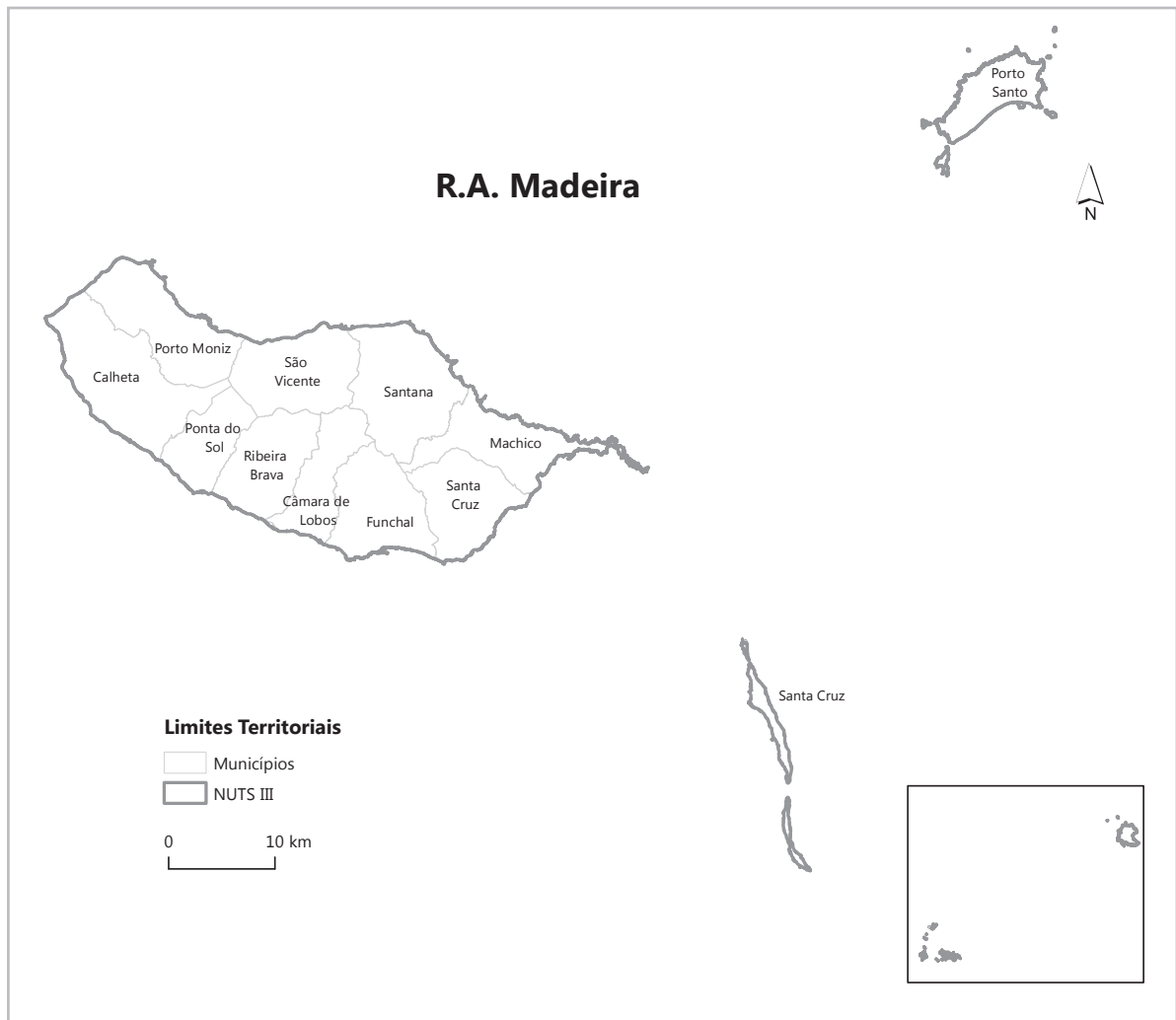
Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma
dos Açores: NUTS III e municípios

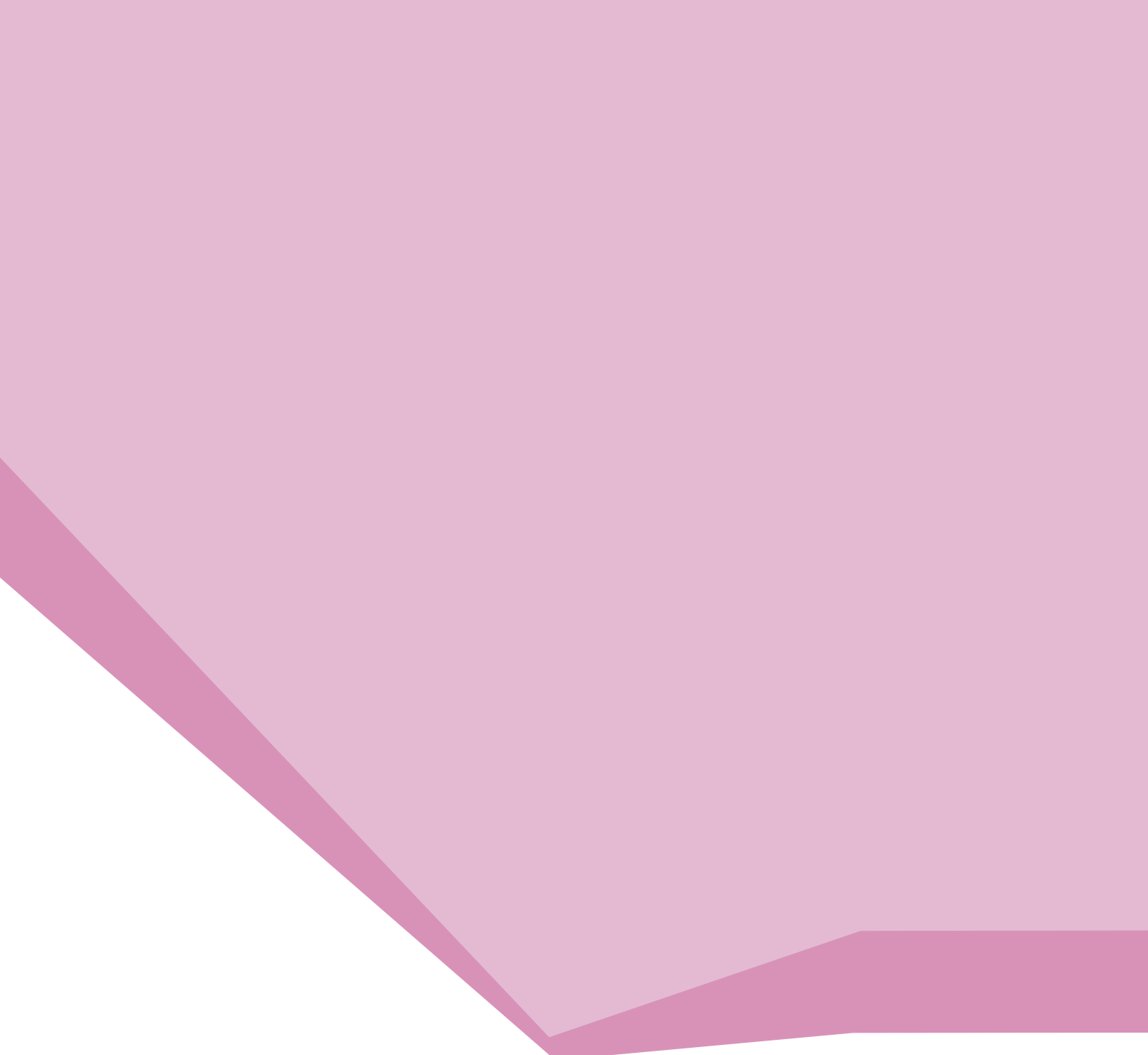
Figura 23



Divisão territorial da região NUTS II Região Autónoma
da Madeira: NUTS III e municípios

Figura 24





www.ine.pt